

Acção Socialista

Nº 1239 - 10 Março 2005

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



UM GOVERNO PARA SERVIR PORTUGAL



Oito militantes do PS e oito independentes são os ministros do novo Governo de Portugal. São pessoas competentes, com provas dadas e currículos sólidos. Um Governo dos "melhores" – nas palavras de José Sócrates – vinculado a um programa que o povo sufragou maioritariamente nas urnas e que tem como principal preocupação recuperar a confiança dos portugueses e voltar a colocar Portugal na rota do crescimento

económico e do desenvolvimento social. À X Legislatura hoje iniciada corresponde o XVII Governo Constitucional que dispõe de uma maioria absoluta na Assembleia da República capaz de garantir a estabilidade política nos próximos quatro anos, fundamental para que o Partido Socialista possa, pela primeira vez, levar por diante, de forma determinada, o nosso projecto para o país.

ENTREVISTA



Almeida Santos:
"Temos de estar mais unidos do que nunca"

10

SECRETARIADO

Jorge Coelho
preside à Comissão Permanente

5

DIA DA MULHER

Política
no feminino
com paixão
e convicção

6

AÇORES

PS aprova proposta
de revisão da Lei
Eleitoral

9

SUPLEMENTO



IGUALDADE DE GÉNERO: A CHAVE PARA O SUCESSO DA MUDANÇA

Nas últimas eleições legislativas as portuguesas e os portugueses disseram de forma bem clara que Portugal precisa de um novo rumo, e que o PS é o partido com condições para liderar e orientar o futuro do país nos próximos quatro anos.

Confesso que numa conjuntura difícil como é esta que vivemos — em que os indicadores de confiança estão, e estavam durante a campanha, abaixo dos mínimos históricos, em que 80 por cento das portuguesas e dos portugueses consideravam que os partidos e os políticos são todos iguais — temi que a participação eleitoral fosse menor relativamente às últimas eleições. Havia várias razões que explicariam e que justificariam que assim fosse, pensando nos últimos três anos de promessas não cumpridas, de trapalhadas, de incapacidade de resolução dos principais problemas das pessoas como o do desemprego. Mas uma vez mais as portuguesas e os portugueses deram uma lição de capacidade de se superarem, sobretudo nos momentos mais difíceis, como é o momento que vivemos. Senti imenso orgulho no meu país, e imenso orgulho de participar na vida política, e imenso orgulho do trabalho feito pelo PS e por José Sócrates. Portugal é um país que vale mesmo a pena! Os partidos, as e os políticos só têm que ter a ambição de mobilizar as melhores qualidades e capacidades de todas e todos ao serviço do desenvolvimento e do bem comum da nossa sociedade.

Esta vitória com maioria absoluta é um bom começo. O PS não só ganhou como mereceu ganhar! A diminuição da abstenção é a prova disso mesmo. É verdade que o PSD e o CDS governaram mal de mais, mas o PS ganhou as eleições porque centrou a sua campanha nas propostas para o país e para os principais problemas das pessoas, porque marcou a diferença das suas políticas relativamente às políticas dos adversários, porque adoptou uma atitude de quem está na política para servir e não para dizer mal dos outros.

A tomada de posse da Assembleia da República e do novo Governo acontece envolta nas comemorações do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. E se Portugal vai ter um novo rumo, a concretização da igualdade de género é essencial ao sucesso do novo rumo. Para ganhar os desafios do crescimento e da competitividade o país precisa de potenciar mais e gerir melhor as capacidades dos seus recursos humanos. Mas este objectivo implica o combate ao desemprego e às discriminações entre mulheres e homens no acesso ao emprego e no mercado de trabalho. Para aumentar a qualidade de vida das pessoas e das famílias, para promover o aumento da natalidade o país precisa de conseguir promover a conciliação da vida privada com a vida profissional e a partilha das responsabilidades familiares. Para aprofundarmos a nossa democracia e a qualidade da nossa democracia o país precisa de uma nova organização social, mais democrática, que conta de igual forma com as portuguesas e os portugueses em todas as esferas de participação da vida, desde logo a política. E a este nível o PS tem no novo grupo parlamentar o maior número de sempre de deputadas e o grupo mais equilibrado na participação de homens e mulheres. Também por aqui podemos dizer que é um bom começo.

Há muito a fazer, mas somos muitos e muitas empenhados em fazer bem. Por isso o PS contou com o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas e com os Departamentos Federativos nesta campanha. Voltamos a correr o país para, em conjunto com as estruturas do partido, ganharmos as portuguesas e os portugueses para a nossa equipa e para o nosso projecto. Para contribuímos para a vitória. Agora o trabalho e os desafios continuam e são maiores. Em nome da igualdade, em nome do desenvolvimento e do futuro de todos nós vamos ao trabalho!



SÓNIA FERTUZINHOS

Para aprofundarmos a nossa democracia e a qualidade da nossa democracia o país precisa de uma nova organização social, mais democrática, que conta de igual forma com as portuguesas e os portugueses em todas as esferas de participação da vida, desde logo a política

O MANJERICO

ANTOONIO COLAÇO





JOSÉ SÓCRATES

Primeiro-ministro

O novo primeiro-ministro, José Sócrates, ficará para sempre na memória dos socialistas como o líder que conseguiu pela primeira vez uma maioria absoluta para o PS.

Nascido em Vilar de Maçada, concelho de Aljô, em Setembro de 1957, José Sócrates, engenheiro civil de formação, adere ao PS em 1981. Dois anos depois, com 29 anos, dá o primeiro grande passo da sua vida política ao vencer as eleições para a presidência da Federação de Castelo Branco.

Quando António Guterres, um amigo de longa data, é eleito secretário-geral do PS, passa a integrar o Secretariado Nacional, onde é o porta-voz para as questões do Ambiente. Anos mais tarde, em 1995, com

a vitória do PS nas legislativas é nomeado secretário de Estado do Ambiente, passando depois, em 1997, a ministro adjunto com a tutela da Juventude, Toxicod dependência e Desporto.

É então que, entre outras medidas emblemáticas, fez aprovar a Lei de Defesa do Consumidor, discriminaliza o consumo de droga e é um dos principais obreiros da candidatura vitoriosa à organização do Euro 2004. Também na pasta do Ambiente, que assumiu em 1999, deixa obra. Acaba com as lixeiras a céu aberto em todo o país, opta pelo método da co-incineração para tratamento de resíduos industriais perigosos e lança o programa Polis de requalificação urbana.

Com o regresso do PS à oposição, volta ao Parlamento e integra de novo o Secretariado Nacional do PS pela mão de Ferro Rodrigues, a quem sucede na liderança do partido.



ANTÓNIO COSTA

Ministro de Estado e Administração Interna

O eurodeputado do PS e vice-presidente do Parlamento Europeu António Costa vai ocupar o cargo de ministro de Estado e da Administração Interna no XVII Governo Constitucional.

Licenciado em Direito Universidade Clássica de Lisboa e com uma pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica, António Costa, 43 anos, militante socialista desde os 14 anos, tem um vasto currículo político, de que se destaca a passagem pelos governos de António Guterres onde foi titular das pastas dos Assuntos Parlamentares e da Justiça.

Dirigente socialista desde os tempos da liderança de Jorge Sampaio, António Costa foi deputado e candidato à Câmara de Loures, que perdeu para a CDU por escassas dezenas de votos, mas ficou famosa a corrida que organizou entre um burro e um Ferrari na Calçada de Carriche à hora de ponta – ganha pelo burro – para demonstrar os graves problemas de acessibilidade ao concelho.

Antes de rumar a Bruxelas, António Costa foi presidente do Grupo Parlamentar do PS na oposição ao Executivo de Durão Barroso, durante a liderança de Ferro Rodrigues, altura em que integrou o Secretariado Nacional.



FREITAS DO AMARAL

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Eminente professor catedrático de Direito, Freitas do Amaral, aos 63 anos, volta à pasta dos Negócios Estrangeiros, que tutelou no Governo da AD no início dos anos 80, quando era também vice-primeiro-ministro.

Fundador do CDS, afastou-se do partido em 1992 nos tempos da liderança de Manuel Monteiro, quando esta formação dá uma forte guinada à direita, sob

inspiração de Paulo Portas.

Numa renhida corrida à Presidência da República em 1986, foi derrotado por Mário Soares

Em 1995 foi eleito presidente da Assembleia Geral da ONU. Politicamente ao centro, Freitas do Amaral aproxima-se dos sectores progressistas na contestação à intervenção militar unilateral dos Estados Unidos no Iraque à margem das Nações Unidas.

Recentemente, no Congresso da Democracia, que assinalou os 30 anos do 25 de Abril, defendeu que Portugal deve limitar a sua participação militar em missões de paz aos países da CPLP, apontando a União europeia como a prioridade da política externa portuguesa.



LUÍS CAMPOS CUNHA

Ministro de Estado e das Finanças

Director da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, onde lecciona desde 1985, o novo ministro de Estado e das Finanças do XVII Governo constitucional, Luís Campos e Cunha, foi vice-governador do Banco de Portugal até ser substituído por pressão do Executivo chefiado por Durão Barroso.

De 51 anos, Luís Campos e Cunha pertence ao grupo dos primeiros licenciados em Economia pela Universidade Católica, onde também exerceu funções docentes.

Doutorado em Economia pela Columbia University de Nova Iorque, em 1985, com uma tese sobre economia internacional, Luís Campos e Cunha, um dos oito independentes que integram o Governo de José Sócrates, foi nomeado em Fevereiro deste ano administrador da Association to Advance Collegiate Schools of Business, uma organização constituída por instituições do ensino superior e empresas com 950 membros em 71 países.

Definindo-se como um liberal com consciência social, é conhecida a sua admiração por Mário Soares, o qual apoiou na sua candidatura à Presidência da República. A convite de António Guterres, participou também nos Estados Gerais, que estiveram na base da nova maioria socialista em 1995.



PEDRO SILVA PEREIRA

Ministro da Presidência

Actual porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, 43 anos, vai ocupar o cargo de ministro da Presidência do Conselho de Ministros.

Ministro pela primeira vez, Pedro Silva Pereira, considerado o braço-direito de José Sócrates, acompanha o novo primeiro-ministro desde meados dos anos 90, quando este o convidou para assessor jurídico na Secretaria de Estado do Ambiente.

Mestre em Direito e assistente na Faculdade de Direito de Lisboa, Pedro Silva Pereira foi secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, em 1999, convidado por Sócrates quando este sai da secretária de Estado do Ambiente para ocupar o cargo de ministro-adjunto do então primeiro-ministro, António Guterres.

Membro do Secretariado Nacional do PS e reeleito deputado nas legislativas de 20 de Fevereiro, pelo círculo eleitoral de Vila Real, Pedro Silva Pereira chegou a ser jornalista, no arranque da TVI, onde foi editor de informação religiosa e depois editor-executivo.



LUÍS AMADO

Ministro da Defesa

Luís Amado, 51 anos, o novo titular da pasta da Defesa, é formado em Economia e é auditor de Defesa Nacional.

É na Madeira, sua terra de opção, que Luís Amado inicia a sua actividade política como deputado regional e vereador da Câmara do Funchal, rumando em 1992 ao continente para tomar assento na Assembleia da República como deputado socialista.

Em 1995, quando o PS chega ao poder após dez anos de cavaquismo, estreia-se nas lides governamentais no cargo de secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, quando o titular da pasta era Alberto Costa.

No segundo Governo de António Guterres substituiu José Lamego no cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, tornando-se o número dois de Jaime Gama.

Antes da política, foi professor do ensino secundário e integrou os quadros do Tribunal de Contas, na Madeira.



ALBERTO COSTA

Ministro da Justiça

Antigo ministro da Administração Interna de António Guterres, Alberto Costa volta ao Governo para ocupar a pasta da Justiça.

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde também foi professor, tal como no Instituto Superior de Economia entre 1976 e 1986, Alberto Costa estudou também na Ecole Pratique d'Hautes Etudes, em Paris.

Com um longo historial de oposição à ditadura de Salazar e Caetano, o que lhe valeu a prisão e o exílio, Alberto Costa foi na década de 80 um dos especialistas parlamentares em temas de justiça e de polícia, em confronto permanente com as políticas do Governo de Cavaco Silva.

Dirigente do PS desde 1988, Alberto Costa, 57 anos, foi um dos representantes do parlamento português na recente Convenção Europeia que preparou a reforma das instituições da União, sendo ainda autor de vários estudos sobre matérias jurídicas e políticas publicados em revistas nacionais e estrangeiras



FRANCISCO NUNES CORREIA

Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

Especialista em recursos hídricos, o novo titular da pasta do Ambiente, Francisco Nunes Correia, foi coordenador nacional do Programa Polis, lançado por José Sócrates no Governo socialista chefiado por António Guterres.

Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) desde o ano passado, Nunes Correia é professor catedrático de Recursos Hídricos e Ambiente no Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico.

O novo ministro é ainda membro desde 1994 do Conselho Nacional da Água, e é coordenador europeu do Projecto Comunitário de Investigação no Domínio dos Recursos Hídricos.

Autor e co-autor de sete livros sobre temas como a desertificação em Portugal, além de mais de cem artigos e comunicações no domínio dos Recursos Hídricos e Ambiente, Nunes Correia, 54 anos, foi também director-geral dos Recursos Naturais e esteve envolvido na coordenação do Plano Nacional de Política de Ambiente.



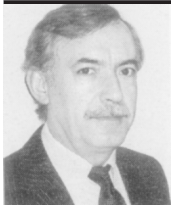
MANUEL PINHO

Ministro da Economia e Inovação

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e doutorado pela Universidade de Paris, Manuel Pinho, 50 anos, é outro dos independentes do Governo de José Sócrates, onde vai ocupar a pasta da Economia e Inovação.

Coordenador para a área económica das "Novas Fronteiras", onde ajudou a traçar as linhas gerais do programa económico do PS, Manuel Pinho fez boa parte da sua carreira profissional na banca. Actualmente era administrador do Banco Espírito Santo, instituição da qual chegou a vice-presidente. A nível académico, foi professor na Universidade Católica entre 1983 e 1986, colaborando posteriormente com a Stern School, da Universidade de Nova Iorque.

Entre 1986 e 1989 foi economista do Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo no ano seguinte ocupado os lugares de Director-geral do Tesouro e de Presidente da Junta do Crédito Público.

**JAIME SILVA****Ministro da Agricultura**

O novo titular da pasta da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime Silva, é um profundo conhecedor da situação da nossa agricultura, uma vez que foi o representante de Portugal nas negociações deste sector em Bruxelas entre 1998 e 2002.

Jaime Silva, um dos oito ministros independentes do XVII Governo Constitucional, é alto funcionário da Comissão Europeia desde a adesão de Portugal à União Europeia, em 1986. Entre 1998 e 2002 foi conselheiro principal da Representação Permanente de Portugal (REPER) em Bruxelas e um dos homens de confiança do ministro da Agricultura do governo de então do PS, Capoulas dos Santos. Antes do seu percurso profissional em Bruxelas, Jaime Silva foi funcionário superior do Ministério da Agricultura.

O novo ministro foi também administrador principal da Direcção-Geral Empresas e Indústria Europeia e porta-voz do Comité Especial da Agricultura do Conselho de Ministros Europeu do sector.

**VIEIRA DA SILVA****Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**

Economista e investigador do Instituto Superior de Economia e Gestão, José Vieira da Silva, 53 anos, é o nome indicado por José Sócrates como próximo ministro do Trabalho e da Segurança Social.

Começou a sua actividade política no Movimento da Esquerda Socialista, onde entrou e saiu com Ferro Rodrigues, mas enquanto este se filia no Partido Socialista,

Vieira da Silva opta pela vida académica, como docente e investigador na área de economia e finanças. Quando Ferro Rodrigues foi ministro da Solidariedade Social, Vieira da Silva foi seu adjunto e secretário de Estado da Segurança Social, assumindo depois o secretariado das Obras Públicas.

Mantendo-se sempre muito próximo do antigo secretário-geral, Eduardo Ferro Rodrigues, inscreve-se no Partido Socialista à Assembleia da República, foi eleito deputado e passou a ser presidente da Comissão Parlamentar Assuntos Sociais, na anterior legislatura. Nas últimas eleições de 20 de Fevereiro ocupou o segundo lugar na lista socialista por Braga, tendo sido reeleito deputado.

Vieira da Silva concilia a sua actividade político-partidária com a vida académica, no âmbito da qual é assistente convidado do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), onde é responsável pela cadeira de Economia e Política Económica Portuguesa.

**MARIA DE LURDES RODRIGUES****Ministra da Educação**

Doutorada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), onde preside ao Conselho Científico, a nova ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, é uma especialista na área das novas tecnologias, investigadora e professora, tendo presidido ao Observatório das Ciências e Tecnologia no primeiro governo de António Guterres.

Independente, Maria de Lurdes Rodrigues, 48 anos, foi investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE e junto do Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa (CISEP). À frente do Observatório das Ciências e Tecnologias, do qual assumiu a presidência em 1997, desenvolveu uma unidade cujo trabalho estava ligado a estatísticas e indicadores na área da sociedade de informação, sector no qual é considerada uma especialista.

Autora de obras como "Os Engenheiros em Portugal" (1999) e "A Sociologia das Profissões" (1997), entre múltiplos artigos da especialidade, Maria de Lurdes Rodrigues nas eleições antecipadas de 20 de Fevereiro foi candidata do PS a deputada pelo círculo da Europa.

**ISABEL PIRES DE LIMA****Ministra da Cultura**

Maria Isabel Pires de Lima, 52 anos, licenciou-se em Filologia Românica e doutorou-se em Literatura Portuguesa. É escritora e professora catedrática na Faculdade de Letras do Porto, sendo uma reconhecida especialista em Eça de Queiroz.

A nova ministra da Cultura publicou vários livros, como "As Máscaras do Desengano – Para uma leitura sociológica de «Os Maias» de Eça de Queiroz" e "Eça e «Os Maias» cem anos depois", coordenou a edição de "Antero de Quental e o destino de uma geração" e publicou cerca de uma centena de títulos de crítica e estudos literários em jornais e revistas, colaborando também com o "Acção Socialista" na rubrica "Sugestões".

A nova ministra, que recebeu no passado dia 8, Dia Internacional da Mulher, uma medalha de mérito da autarquia de Matosinhos, coordenou diversos colóquios nacionais e internacionais sobre literatura portuguesa e foi júri de diversos prémios literários.

Isabel Pires de Lima foi eleita deputada à Assembleia da República como independente nas listas do PS pelo círculo do Porto em 1999, integrando as comissões parlamentares de Educação, Ciência e Cultura e de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, esteve na Comissão Eventual de Acompanhamento do "Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura" e integrou a Comissão Eventual da Revisão Constitucional.

Na IX legislatura representou a Assembleia da República no Conselho Nacional de Educação.

**MÁRIO LINO****Ministro das Obras Públicas**

Ex-presidente das Águas de Portugal, Mário Lino, 65 anos, vai ser o novo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Mestre em Hidrologia e Recursos Hídricos pela Universidade do estado do Colorado, Estados Unidos da América, engenheiro civil de profissão, Mário Lino foi militante do Partido Comunista durante 27 anos, o que lhe valeu duas detenções pela PIDE.

Em 1991, após ter contestado o apoio da direcção comunista ao fracassado golpe de 19 de Agosto na União Soviética, foi expulso do PCP.

Nomeado presidente da Águas de Portugal em 1996, quando José Sócrates era secretário de Estado do Ambiente do primeiro Governo de António Guterres, Mário Lino manteve-se à frente da "holding" pública até 2002, altura em que foi substituído nestas funções pelo Governo PSD/PP.

Exercia, actualmente, a actividade de consultor em várias empresas.

**CORREIA DE CAMPOS****Ministro da Saúde**

Aos 62 anos, António Correia de Campos regressa à pasta da Saúde, cargo que ocupou durante menos de um ano no último Executivo socialista liderado por António Guterres, e a um sector que sofreu com os desmandos da coligação de direita.

Depois de deixar a tutela do Ministério da Saúde em 2002, Correia de Campos voltou ao ensino e leccionava actualmente na Escola Nacional de Saúde Pública, da Universidade Nova de Lisboa, onde é professor catedrático.

Antes de ser chamado por António Guterres a substituir a então ministra da Saúde Manuela Arcanjo, o titular da pasta da Saúde indicado por José Sócrates ocupava a presidência do Instituto Nacional de Administração e foi porta-voz do PS para a área da saúde na época em que Jorge Sampaio era líder do partido, em 1991, e voltou a sê-lo sob a liderança de José Sócrates na oposição.

Responsável pela elaboração do Livro Branco da Segurança Social durante o primeiro mandato de Guterres, Correia de Campos integrou dois executivos após o 25 de Abril: foi secretário de Estado dos Abastecimentos, em 1975 e assumiu a Secretaria de Estado da Saúde no Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Ligado à Organização Mundial de Saúde, Correia de Campos foi durante muitos anos funcionário do Ministério da Saúde, onde chegou a secretário-geral, aderindo ao PS nos anos 80 e colaborando já na primeira candidatura de Mário Soares à Presidência da República.

Natural de Torredeita, Viseu, licenciou-se em Direito em Coimbra, onde foi presidente da Associação Académica, tendo-se especializado em Administração Pública na área da Saúde.

O novo ministro da Saúde fez também um mestrado em Administração Pública nos Estados Unidos e uma pós-graduação em Administração Hospitalar em França.

**MARIANO GAGO****Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Mariano Gago, que regressa ao Governo como ministro da Ciência, Tecnologia e agora também do Ensino Superior, pertenceu ao Conselho Coordenador do Fórum "Novas Fronteiras" do PS, organismo que elaborou o programa eleitoral dos socialistas.

Físico de partículas, independente, 56 anos, Mariano Gago foi o primeiro ministro da Ciência e Tecnologia em Portugal, área que até então apenas merecia a categoria de secretaria de Estado.

Entre 1995 e 2002, a verba do Orçamento de Estado para estas áreas mais do que duplicou e Mariano Gago elegeu como prioridades a reforma do sistema científico e tecnológico nacional e a generalização do uso da Internet, sobretudo nos departamentos públicos, escolas e bibliotecas.

Professor catedrático do Instituto Superior Técnico, bolseiro do CERN, antigo presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica entre 1986 e 1989, representante português no Programa Eureka e no Comité de Política Científica da NATO são alguns dos registos do vasto currículo do novo ministro com que José Sócrates conta para o plano tecnológico, uma das principais apostas do Governo socialista.

**AUGUSTO SANTOS SILVA****Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Licenciado em História e doutorado em Sociologia, docente na Faculdade de Economia do Porto, Augusto Santos Silva, 48 anos, o novo ministro dos Assuntos Parlamentares, é experiente nas lides governativas, tendo tutelado as pastas da Educação e da Cultura nos anteriores executivos socialistas.

Militante do PS desde 1989, Augusto Santos Silva, a quem caberá fazer a articulação entre o Governo e a Assembleia da República, foi membro do conselho coordenador do Fórum Novas Fronteiras, lançado pelo secretário-geral, José Sócrates, o organismo que elaborou o programa eleitoral com que o partido se apresentou às legislativas de 20 de Fevereiro.

Antes de assumir funções governativas, o actual director do "Acção Socialista" colaborou activamente nos Estados Gerais lançados por António Guterres, e integrou ainda o Conselho Nacional de Educação entre 1996 e 1999.

NOVA LEGISLATURA

PARLAMENTO REUNIU PELA PRIMEIRA VEZ

Com a publicação em "Diário da República" do mapa oficial das eleições legislativas do passado dia 20 de Fevereiro, ficou cumprido o derradeiro passo para o começo da X legislatura e a entrada em funções do XVII Governo constitucional. Na primeira reunião plenária da nova legislatura, realizada dia 10 de Março, os novos 230 deputados começaram por eleger a mesa provisória da Assembleia da República – tradicionalmente constituída pelos membros cessantes que foram reeleitos deputados – e a comissão de verificação de mandatos.

Depois, já com esta última comissão em funções, procedeu-se à verificação dos mandatos dos 230 deputados saídos das eleições de 20 de Fevereiro.

Concluído o processo de verificação de mandatos, os deputados votaram um pedido para que o Presidente da República, Jorge Sampaio, se deslocasse a Madrid para as cerimónias evocativas do atentado de 11 de Março de 2004.

A primeira reunião plenária da Assembleia da República terminou com a evocação de dois deputados recentemente falecidos: José Saraiva (PS) e Manuel de Oliveira (PSD).

Depois disto, para que todo o processo institucional fique concluído, no próximo sábado serão empossados os ministros o XVII Governo. Com a posse dos ministros e depois dos secretários de Estado, na segunda-feira, o Executivo de José Sócrates terá então 10 dias para apresentar o seu programa na Assembleia da República, o que deverá acontecer nos dias 21 e 22, antes da Páscoa.

Entretanto, Jaime Gama é o candidato indicado pelo Grupo Parlamentar do PS para a presidência da Assembleia da República, eleição que poderá ter lugar nos dias 15 ou 16.



JORGE COELHO PRESIDE À COMISSÃO PERMANENTE

O Secretariado Nacional atribuiu a Jorge Coelho a coordenação da Comissão Permanente, órgão que regressa a funções com o objectivo de manter o partido dinâmico e evitar a sua desvitalização por via da actividade governativa.

Além de Jorge Coelho, integram a Comissão Permanente Marcos Perestrello, José Lello, Carlos Lage, Edite Estrela e António Galamba.

Também participarão nas reuniões deste órgão, embora dele não façam parte formalmente, Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, para fazer a ligação com o Governo, e Alberto Martins, indicado por José Sócrates para líder da bancada do PS na Assembleia da República, para fazer a ligação ao grupo parlamentar.

"Pela minha parte vou empenhar-me de alma e coração na tarefa de coordenação



da Comissão Permanente", disse Jorge Coelho, adiantando que, na maioria dos casos, será ele próprio o porta-voz do partido.

Segundo Jorge Coelho, a Comissão Permanente fará "a gestão política e executiva do partido, passando o Secretariado Nacional a reunir com uma periodicidade maior e não todas as semanas, como até agora tem acontecido". "Há uma preocupação do nosso secretário-geral, José Sócrates, no sentido de que o PS tenha condições para estar permanentemente mobilizado e motivado", afirmou Jorge Coelho, que disse ainda que manterá as suas funções de coordenador do partido para as eleições autárquicas, cargo para o qual foi nomeado ainda durante a liderança de Ferro Rodrigues.

A SITUAÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO EM PORTUGAL

Como se sabe mas se faz por esquecer, a situação da igualdade de homens e mulheres em Portugal é, como no mundo inteiro, desequilibrada. O conjunto das mulheres tem, face ao conjunto dos homens, menos autonomia económica, menos tempo para si, influência mais limitada nos processos de decisão que moldam as suas vidas; e o conjunto dos homens tem, face ao conjunto das mulheres, menos autonomia pessoal, menos competências relacionais, influência mais limitada no acompanhamento e na educação dos filhos e nas opções da vida familiar.

Há quem não veja nisto qualquer problema, considerando que se as mulheres têm prejuízos numa coisa, os homens têm prejuízos noutras. Mas porque razão havemos de nos conformar com prejuízos duplos

— e em qualquer caso sistematicamente mais gravosos para as mulheres como demonstram os indicadores do desenvolvimento humano — se a igualdade nos pode dar benefícios duplos?

A igualdade de género não é tirar aos homens para dar às mulheres, nem querer fazer das mulheres homens, nem dos homens mulheres.

A igualdade de género é um olhar de paz sobre as relações de poder entre as mulheres e os homens. É uma aprendizagem quotidiana de liberdade e de bem-estar. É o prazer recíproco do exercício da inteligência solidária. É a evolução do domínio e da submissão de seres primitivos e manipuláveis para a negociação e a consciência crítica de seres humanos civilizados e exigentes. Porque é de valor igual a dignidade, a racionalidade e a cidadania das mulheres e dos homens.

A igualdade de género é a base da justiça, a essência da democracia e o requisito fundamental do desenvolvimento sustentável. Porque é no conjunto das suas duas metades que a humanidade existe. Porque nenhuma dessas metades tem, face a outra, direito de primazia, dever de abnegação ou dispensa de responsabilidades. Porque as duas metades da humanidade não são hierarquizáveis ou “complementares”, no sentido de que a uma cabe garantir as condições de supremacia económica, cultural e política da outra, sob pena de menosprezo social, como ainda hoje impõem os papéis de género, em violação da lei e afronta ostensiva ao Estado de Direito. As duas metades da humanidade são igualmente valiosas e têm direito a igual estatuto, a igual voz, a igual poder de decisão na vida privada e na vida pública, a igual acesso e controlo dos recursos produtivos, a igual participação no tempo de trabalho pago e não pago, a igual distribuição das vantagens e das desvantagens da actividade humana em qualquer esfera, a iguais resultados no desenvolvimento.

Alcançar a igualdade de género não é apenas utopia. É uma tarefa fundamental do Estado¹ e uma missão da Comunidade Europeia². Mas exige coerência e consistência nas políticas públicas. O que não aconteceu pela acção dos XV e XVI Governos. Desde logo, porque o agravamento médio das condições de vida das pessoas significa sempre um agravamento mais acentuado da vida das mulheres: em quebra de rendimentos, em carga de trabalho não pago, em precarização da saúde, em redução de capacidade negocial na vida privada e na vida pública. Por outro lado, porque as mensagens contraditórias e os erros neste domínio implicam retrocessos e atrasos de difícil recuperação.

Repare-se em dois exemplos de mensagens contraditórias:

- Tornou-se irrenunciável o direito à licença por paternidade, quebrando o estereótipo segundo o qual só a maternidade teria efeitos na actividade económica, o que justificaria a discriminação das mulheres no mercado de trabalho; mas encorajou-se o trabalho a tempo parcial para as mulheres quando são mães, acentuando o estereótipo da maior responsabilidade destas face aos filhos e a sua consequente participação acessória no emprego;
- Reforçou-se o discurso de valorização da sociedade civil; mas desmantelaram-se suportes à actividade das ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Repare-se em dois exemplos de erros na alteração de estruturas:

- Deixou de se assegurar a coordenação da transversalização do género em todas as políticas públicas, retirando-se à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego a co-tutela da Presidência do Conselho de Ministros;
- Negou-se a autonomia da violência de género, transferindo-se a tutela do seu combate da Presidência do Conselho de Ministros para a área da Segurança Social, considerando-a como um problema das famílias e não como uma questão chave da assimetria estrutural de poder entre as mulheres e os homens em que ainda assenta a organização social.

Emendar as contradições e os erros dos dois últimos executivos neste domínio terá que ser uma prioridade clara do XVII Governo. Mas outros passos inequívocos se deverão seguir não só para recuperar retrocessos e atrasos mas para tornar irreversível a igualdade de género. Não tenho outra leitura para que seja dado cumprimento ao programa com que o PS ganhou as eleições em Portugal.



MARIA DO CÉU DA CUNHA RÊGO

OPINIÃO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

POLÍTICA NO FEMININO CO

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de Março) e a cerca de seis meses da realização das eleições para o poder local, o “Acção Socialista” falou com as presidentes de câmara do PS.

Na Guarda Maria do Carmo Borges, no Montijo Maria Amélia Antunes, em Vila Franca de Xira Maria da Luz Rosinha e em Vila Velha de Ródão Maria do Carmo Sequeira, mulheres politicamente activas que têm dado um rumo novo de desenvolvimento sustentado aos municípios a que presidem e mais qualidade de vida às populações que nelas confiaram e votaram.

Conciliando, com as reconhecidas dificuldades que um quotidiano no feminino implica, as respectivas vidas familiares com as funções que exercem em prol da causa pública, as quatro autarcas do PS têm-se batido, no poder local, com a marca da competência socialista.

E porque a política feita por mulheres tem, certamente, um traço que a distingue, todas as nossas presidentes de câmara frisam a necessidade de criar condições na sociedade portuguesa para uma maior participação das mulheres no panorama partidário e na vida pública em geral.

Neste sentido, e embora se reconheçam os avanços conseguidos no terreno da igualdade de género, algumas divergências ficam patentes no que toca à forma de concretizar este princípio constitucional.

O Partido Socialista implementou o chamado sistema de quotas, visando assegurar uma presença mais equilibrada das mulheres nos seus órgãos internos e no Parlamento.

A este propósito e sobre a justiça de uma discriminação positiva deste tipo muito se tem debatido, mas foi possível recolher algum consenso no sentido de se admitir que a medida tem procurado efectivar a exigível igualdade de oportunidade entre mulheres e homens. Para Maria do Carmo Borges, embora reconhecendo que a implementação das quotas pelo PS tenha dado “maior visibilidade à participação feminina na vida política”, os “princípios não se beneficiam, cumprem-se”.

Mantendo a sua conhecida oposição a este sistema, a edil da Guarda entende que o desempenho de funções na *res pública* “não é nem pode ser um exclusivo de nenhum dos géneros”, devendo antes ser “partilhado por todos sem qualquer distinção”, porque “só assim se cumprirá a Constituição no que respeita a direitos, liberdades e garantias”. Lembrando que a “igualdade formal deve ter uma expressão prática”, Maria Amélia Antunes alerta para que “tudo se tornaria mais difícil” se não se introduzissem “procedimentos que permitam uma aproximação da lei à realidade”.

Desta linha de raciocínio comunga igualmente Maria da Luz Rosinha, que reconhece a dificuldade acrescida para a colocação de mulheres em cargos de responsabilidade num cenário sem sistema de quotas, preferindo, porém, advogar o critério do “mérito e direito

próprio” e afirmando-se claramente contra a medida do Partido.

Já Maria do Carmo Sequeira destaca os sucessos alcançados ao declarar que o sistema de quotas avançado pelo PS constitui “um passo importante” no sentido de atenuar as diferenças injustas entre homens e mulheres que têm marcado duramente a realidade portuguesa, ressaltando ainda que “Portugal não atingiu a condição óptima” nesta matéria.

Por outro lado, a presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão sublinha que é preciso continuar “o trabalho iniciado no primeiro governo de António Guterres”.

Sendo certo que “é difícil mudar mentalidades”, o “importante é prosseguir com a luta pela igualdade”, uma vez que “todos têm o seu papel a desempenhar numa sociedade que queremos sempre mais justa”, afirma. Ao expressar plena confiança no futuro governo de José Sócrates no que respeita à igualdade de oportunidades, nomeadamente no quadro familiar, Maria da Luz Rosinha invoca o programa eleitoral do PS para assegurar que “Nesta como noutras áreas, o Partido Socialista tem uma oportunidade e uma responsabilidade únicas para mudar Portugal”.

Segundo a presidente da Área Metropolitana de Lisboa, é de crucial importância “fazer entender os portugueses que políticas conducentes à igualdade na escola, no emprego e em todos os sectores da sociedade civil, farão deste um país mais justo e, sobretudo, mais solidário”.

Entre as aspirações da camarada Maria do Carmo Borges relacionadas com esta matéria há também o desejo de uma evolução simples e natural do actual *status quo* que permita, após uma consciencialização das mulheres, “abandonar a ideia da necessidade de implementação de quotas, quer por imposição legal quer por quaisquer outros meios”.

Por sua vez, a autarca montijense, que também preside à federação socialista de Setúbal, recorda que “a igualdade já se encontra definida na Lei”.

“Persiste, no entanto, a necessidade de criar condições que permitam efectivar este princípio fundamental”, reafirma Maria Amélia Antunes, defendendo “uma organização social pensada em função de homens e mulheres” e a “criação de infra-estruturas de apoio às famílias, por

forma a permitir a conciliação entre a vida familiar e profissional” geradora de “boa harmonia e melhor desempenho”.

Ajuda da família é preciosa

No plano pessoal, a edil da Guarda sublinha o facto de ter podido conciliar a sua actividade política e profissional com a vida privada com a preciosa ajuda da sua família, “que me compreende e tem ajudado em toda a minha actividade”, confidencia.

Energia, bom senso e compreensão são as qualidades de que se tem socorrido Maria Amélia Antunes, que reconhece na escassez do tempo um problema significativo para a conciliação das responsabilidades político-profissionais com os afectos pessoais, o lazer e o descanso.

“Na minha profissão de advogada já era difícil conjugar o exercício da profissão com a vida familiar pela simples razão de que é uma actividade muito absorvente e exigente nos dias de hoje”, recorda, para depois acrescentar que “no exercício das funções de Presidente de Câmara a situação é ainda mais difícil, sobretudo numa autarquia que exige uma grande disponibilidade para ouvir os munícipes”.

Também no caso de Maria da Luz Rosinha “esta conciliação está longe de ser fácil”, embora não esconda que a sua trajectória só tem sido possível pelo grande respeito e pelo gosto com que encara as suas funções.

“Para ironizar, gostaria de saber se colocam esta pergunta aos homens. Se não o fazem é porque consideram desde logo que esta área é da responsabilidade das mulheres. O que não é verdade”, observou, com inquestionável razão.

Já para Maria do Carmo Sequeira, a resposta a esta questão relaciona-se com a imperativa “partilha de tarefas”, sem deixar de referir que “as mulheres têm de ter uma enorme capacidade de gerir o tempo e aproveitá-lo com habilidade”. E porque a melhoria da qualidade de vidas das famílias é uma preocupação partilhada por todas as nossas autarcas, impõem-se reflectir, neste âmbito, sobre a política no feminino, feita por mulheres.

Nesta matéria o consenso é total: as mudanças sentidas desde o 25 de Abril de 1974 têm-se traduzido em avanços significativos nesta matéria, embora não suficientes.

“Há um maior número de mulheres e

¹ Constituição, art. 9º h)

² Tratado que institui a Comunidade Europeia, art. 2º

M PAIXÃO E CONVICÇÃO

OPINIÃO



ovens mulheres a enveredarem na política no feminino”, assumindo este desafio “por convicção” e “com muita paixão”, factores que a autarca de Vila Franca descreve como “indispensáveis para quem acredita que é possível mudar muita coisa na sociedade portuguesa”. Neste ponto, Maria do Carmo Borges reafirma a ideia de que é preciso “continuar a defender a plena participação das mulheres nesta actividade (política), sem dependência de qualquer tipo de condicionalismos limitativos, quer materiais quer de índole cultural”, e Maria Amélia Antunes apela à cada vez maior participação e, em especial, à “vontade política”, lembrando que a “discriminação continua a existir”, mas “o tempo de mudança acabará por chegar”.

Honrar os compromissos assumidos

Virando a página para a agenda política, o “Acção Socialista” perguntou às presidentes de câmara do PS se nas eleições autárquicas deste ano têm ou não intenção de apresentar recandidatura. Sem avançar uma posição definitiva nesta matéria, a edil da Guarda faz depender esta decisão de uma ponderada atenção aos “diversos factores conjunturais”. Remetendo a sua resposta para “breve”, mas sempre sob o aval da sua consciência e do Partido, Maria da Luz Rosinha diz que “ainda é cedo para falar

numa eventual recandidatura”. Mais afirmativas, as autarcas do Montijo e de Vila Velha de Ródão deixam como garantia um “sim”.

Maria do Carmo Sequeira considera “extremamente importante dar continuidade e concluir” os projectos que tem para o município ao qual preside, “por forma a honrar os compromissos assumidos”. Aos montijenses, a quem apresentou uma agenda de futuro, Maria Amélia Antunes exprime a sua disponibilidade para prosseguir trabalho ao afirmar: “Temos ainda algumas etapas para desenvolver e realizar”.

Entre as obras “tangíveis” que pretende deixar feitas, a líder dos socialistas de Setúbal inclui a recuperação da zona ribeirinha do Montijo, que se encontra ainda na sua primeira etapa de execução. Com este projecto a concretizar em várias fases, a edil pretende aproximar as populações locais do Tejo, “permitindo a criação de equipamentos de lazer e turismo que possibilitem usufruir do rio, sendo que o projecto mais em evidência passa por transformar o actual Cais dos Vapores num porto de recreio e pela despoluição fluvial”, um repto que, frisa, “envolve avultados meios financeiros de médio e longo prazo”. O planeamento urbanístico, o ambiente, a recuperação do centro histórico da cidade, com novas vivências, e a construção do Parque Desportivo Municipal são outras das propostas de Maria Amélia Antunes.

Apostada no desenvolvimento sustentado de Vila Velha de Ródão, Maria do Carmo Sequeira adianta que “gostaria de terminar o projecto de requalificação da zona norte (antiga) da sede de concelho” e, “no segundo mandato, requalificar a margem direita do rio Tejo, desde a ponte à Capela de Nossa Senhora da Alagada, passando igualmente por toda a zona baixa portuária”.

Quer continue ou não, Maria da Luz Rosinha propõe-se cumprir “três objectivos claros para Vila Franca de Xira: a construção do novo hospital, dar continuidade do trabalho já iniciado em devolver o rio às pessoas e melhorar as acessibilidades”.

Num claro sentido de “progresso social e económico para o município e para a região da Guarda”, Maria do Carmo Borges defende a concretização da Plataforma Logística de Localização Empresarial (PLIE).

Diffíceis ou não, os grandes desafios que se apresentam no horizonte feminino passam pela afirmação do contributo essencial e paritário das mulheres em todos os sectores produtivos e institucionais, numa sociedade cada vez mais globalizada.

Os primeiros passos neste sentido, apesar de tímidos, já foram dados. As estatísticas apresentam números que, cada vez com maior premência, evidenciam a igualdade de género como imperativo natural e como o futuro paradigma civilizacional.

MÁRIO RODRIGUES

UM DESAFIO PARA O SÉCULO XXI

Um dos indicadores mais expressivos da desigualdade estrutural que ainda hoje marca as sociedades dos países chamados desenvolvidos é o da fraca participação das mulheres nos lugares de decisão, quer a nível das empresas, quer a nível da política, quer a nível das instituições.

A realização da Conferência de Pequim em 1995 constituiu o corolário de um conjunto de iniciativas na esfera internacional, que ao longo de vinte anos se sucederam, permitindo identificar as questões relativas à igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres como estando no âmago dos principais problemas com que hoje se debate a Humanidade.

As 12 áreas críticas identificadas na Plataforma de Acção carecem hoje, como em 1995, de acção política activa para que a situação se altere progressivamente.

Este é um problema que atravessa todos os países e todos os continentes e o que não pode deixar de impressionar é que, quanto maior é o nível das desigualdades, mais elevado é também o nível do subdesenvolvimento.

Esta constatação reclama, pois, que a questão da igualdade de oportunidades nas múltiplas facetas em que deve ser abordada, ocupe um lugar central na esfera política, pois é nesta que podem ser tomadas as decisões que ao mais alto nível permitam caminhar para níveis de progresso e bem estar acessíveis a todos e não repartidos de forma desigual em função do género. Um dos indicadores mais expressivos da desigualdade estrutural que ainda hoje marca as sociedades dos países chamados desenvolvidos — sobretudo aqueles em que o ensino obrigatório e o acesso às universidades permitiram aos homens e às mulheres o mesmo nível de habilitações académicas — é o da fraca participação destas nos lugares de decisão, quer a nível das empresas, quer a nível da política, quer a nível das instituições.

O recente processo eleitoral veio mostrar que, ou são usados instrumentos que forcem a que o panorama da representação seja mais equilibrado em termos de género, ou o poder tem tendência a reproduzir-se sempre no masculino.

Para o demonstrar, o baixíssimo nível de participação das mulheres em lugares elegíveis das listas do PSD — o pior dos últimos anos — é o contraste com as listas do Partido Socialista que cumpriu escrupulosamente os seus Estatutos que impõem um nível mínimo de representação de género que garante que o limiar dos 30 por cento, indispensável para influenciar a decisão, seja assegurado.

A experiência demonstra também que se não houver uma forte vontade ao mais alto nível no sentido de cumprir patamares mínimos que garantam que as decisões no seu conjunto se ajustam aos problemas da vida real que visam resolver, é fácil regredir para a constituição de equipas directivas preponderantemente masculinas.

Ora, os indicadores sociais em Portugal demonstram que a pobreza é má para todos, mas é sempre pior para as mulheres; que o desemprego é mau para todos mas chega sempre primeiro às mulheres; que a precariedade no emprego é má para todos, mas é sempre mais grave para as mulheres; que a sobrecarga da vida familiar com a actividade profissional é inibidor para todos, mas é sempre mais asfixiante para as mulheres; que a violência é má para todos, mas é sempre pior para as mulheres; que a qualidade de vida é indispensável para todos, mas é sempre de mais difícil acesso para as mulheres; que o tempo livre é necessário para todos, mas que ele é menos possível para as mulheres e para as raparigas.

Esta situação é empobrecedora para a sociedade no seu conjunto, porque se impede a utilização das capacidades de todos ao serviço de todos e porque se impede a uma parte da sociedade as mesmas condições de fruição da vida e das suas oportunidades que se proporcionam à outra parte.

Num momento em que a inovação, o conhecimento e as novas tecnologias surgem como condição necessária ao aumento da produtividade e da competitividade; num momento político em que o crescimento da economia aparece como condição indispensável à sustentabilidade das políticas sociais; no momento em que todas e todos somos poucos para enfrentar com êxito os desafios com que Portugal se debate, mais se exige esta consciência de que as decisões não são neutras, que elas têm impacto diferente consoante se dirigem a homens ou a mulheres e que é indispensável que os lugares de decisão se repartam por homens e mulheres para que as visões diferentes que têm, quer das prioridades da agenda, quer das soluções concretas para os problemas, se vejam reflectidas nas decisões que são tomadas.



MARIA DE BELÉM ROSEIRA

8 DE MARÇO

PRESIDENTE DISTINGUE MULHERES SOCIALISTAS

As socialistas Ana Benavente e Teresa Portugal destacam-se entre as distinguidas pelo Presidente da República no Dia Internacional da Mulher.

A antiga secretária de Estado da Educação do Governo do PS e a recém-eleita deputada foram

condecoradas por Jorge Sampaio, juntamente com mais 28 outras mulheres, com diversos graus das ordens do Infante D. Henrique.

Na mesma cerimónia, o Presidente da República agradeceu também a escola EB1 Fernão de Magalhães, do Bonfim, Porto, que atende, desde o princípio da década de 90, crianças com necessidades educativas especiais, destacando-se o seu corpo docente por maior envolvimento nas novas tecnologias.



ISABEL PIRES DE LIMA HOMENAGEADA EM MATOSINHOS

A nova ministra da Cultura do Executivo socialista liderado por José Sócrates considera que, ao assinalar o 8 de Março, "faz todo o sentido destacar o percurso de mulheres que normalmente se mantêm num lugar à margem".

Isabel Pires de Lima lamenta o facto de ter sido "esse um lugar sistematicamente atribuído às mulheres em Portugal", garantindo, porém, que "a cultura é um caminho que favorece de uma maneira geral a afirmação da identidade portuguesa e aqui cabe de certeza um lugar fundamental às mulheres".

A ministra indigitada integrou, enquanto ensaísta e docente universitária, um grupo de 40 insígnias mulheres, naturais ou residentes em Matosinhos, homenageadas pela autarquia local, no âmbito do Dia Internacional da Mulher.

Na ocasião, Narciso Miranda reconheceu a eventualidade de existirem "outras mulheres que, por direito próprio, deveriam e poderiam ser homenageadas este dia", sublinhando a dificuldade da tarefa de "escolher 40 nomes num concelho onde a mulher não é mera fada do lar, mas a figura de proa de uma sociedade que volta e meia é fustigada pela desgraça dos naufrágios, destruidores de vidas humanas".



PS É O PARTIDO COM MAIS DEPUTADAS

O PS é o partido que em números absolutos e relativos mais deputadas tem na actual composição da Assembleia da República, cumprindo assim os seus estatutos que impõem uma percentagem de 30 por cento de mulheres nos órgãos nacionais do partido e nas listas à Assembleia da República. Assim, na sequência dos resultados do PS nas legislativas de 20 de Fevereiro foram eleitas para a Assembleia da República as seguintes 33 deputadas: Maria do Rosário Carneiro, Rosa Maria Albernaz, Maria Helena Ferreira Dinis (Aveiro), Teresa Venda, Isabel Jorge, Deolinda Coutinho (Braga), Cristina Granada (Castelo Branco), Matilde Sousa Franco, Maria Antónia Almeida Santos, Teresa Alegre Portugal (Coimbra), Aldemira Pinho, Jovita Ladeira (Faro), Odete João (Leiria), Maria de Belém, Leonor Coutinho, Ana Paula Vitorino, Celeste Correia, Custódia Fernandes, Susana Amador, Ana Couto (Lisboa), Manuela Melo, Isabel Pires de Lima, Maria José Gamboa, Paula Cristina Duarte, Isabel Santos (Porto), Idália Moniz, Fernanda Asseiceira (Santarém), Teresa Dinis, Marisa Costa (Setúbal), Rosalina Martins (Viana do Castelo), Paula Cristina Santos (Vila Real), Cláudia Vieira (Viseu), Júlia Caré (Madeira).

MULHERES SOCIALISTAS DEFENDEM

IGUALDADE DE GÉNERO NO CENTRO DA ACÇÃO POLÍTICA



A necessidade de um maior número de mulheres com mais poderes e visibilidade para colocarem a igualdade de género como prioridade política foi uma das ideias centrais defendidas na reunião informal do Conselho Consultivo do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), que teve lugar na passada quarta-feira, no Largo do Rato, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Na reunião que decorreu sob o lema "A igualdade vai ter novo rumo", a presidente do Departamento, Sónia Fertuzinhos, congratulou-se com o facto de a bancada socialista ter na nova legislatura o "maior número de sempre de deputadas", salientando o "enorme contributo" que as mulheres socialistas deram de norte a sul do país para a "vitória histórica" alcançada pelo PS nas legislativas de 20 de Fevereiro.

"Foi gratificante ver as mulheres socialistas empenharem-se a fundo na campanha aos mais diversos níveis, militantes que estão sempre disponíveis para participar na vida do partido, e que percorreram todo o país discutindo as políticas públicas visando a igualdade", afirmou.

Segundo Sónia Fertuzinhos, a intervenção crescente dos departamentos federativos nestes últimos dois anos revela que "há uma forte mobilização e grande capacidade das mulheres socialistas de criarem novos espaços de intervenção".

Por outro lado, Sónia Fertuzinhos salientou que "é necessário contribuir para a mudança", que, frisou, "depende de mais igualdade entre homens e mulheres".

Neste quadro, considerou muito impor-

tante a "medida simbólica" avançada no programa eleitoral do PS de que todas as iniciativas que forem a Conselho de Ministros "tenham em conta o impacto que terão na vida dos homens e mulheres, de forma a concretizar a igualdade".

É que, frisou, "apesar de termos uma legislação muito avançada no que respeita aos direitos das mulheres, há ainda muitos aperfeiçoamentos a fazer, e que marcam a diferença entre as forças políticas".

Referindo que "sem igualdade não há desenvolvimento", a líder das mulheres socialistas sublinhou que os países mais desenvolvidos são aqueles onde "há mais igualdade ente homens e mulheres,

como é o caso dos países nórdicos".

A terminar a sua intervenção, Sónia Fertuzinhos afirmou que as mulheres socialistas, no novo quadro político, têm razões para estar confiantes, porque "temos um papel a desempenhar na mudança em que os portugueses apostaram".

Destaque ainda para a presença nesta reunião, em que participaram largas dezenas de militantes, da "jovem" camarada Maria Alzira Lemos, de 86 anos, figura de referência da luta pelos direitos das mulheres. "O PS deve assumir a questão da igualdade do género como um tema central do socialismo democrático", defendeu.

J. C. CASTELO BRANCO



CÍRCULOS DA EMIGRAÇÃO

MARIA CARRILHO ELEITA



Por apenas cinco votos o PS não elegeu o segundo deputado pela Europa, segundo os resultados finais do escrutínio da votação dos emigrantes, realizado no passado dia 2, em Lisboa.

Na Europa, os socialistas alcançaram 12.728 votos dos 23.117 votantes, elegendo mais um parlamentar, a camarada Maria Carrilho.

O escrutínio do voto dos emigrantes não era decisivo para os resultados finais das legislativas antecipadas de 20 de Fevereiro, ganhas pelo Partido Socialista com maioria absoluta.

Apurados os votos da Emigração, a Assembleia da República fica completa (230

deputados) com 121 mandatos para o PS, 75 para o PSD, 14 para a CDU, 12 para o CDS-PP e oito para o Bloco de Esquerda. Comparativamente com as legislativas de 2002, onde a proporção de mandatos foi igual (três deputados PSD e um PS), os socialistas aumentaram a sua votação nos dois círculos — na Europa, em 2.718 votos, e Fora da Europa em 167 votos. O PSD desceu nos dois círculos e a abstenção situou-se na ordem dos 69,5 por cento na Europa e de 81,7 por cento Fora da Europa.

Com o apuramento dos círculos da Emigração, a Comissão Nacional de Eleições está em condições de publicar

em "Diário da República" o mapa nacional da eleição durante esta semana, podendo o Presidente da República, a partir desta publicação, empossar o XVII Governo Constitucional.

Entretanto, o candidato socialista pela Europa, Manuel Melo, interpôs um recurso no Tribunal Constitucional a pedir a recontagem dos votos neste círculo, iniciativa que acabou por retirar para não interferir com o calendário de início da nova legislatura, uma vez, segundo explicou, ter sido conseguido o objectivo de lançar o alerta para as "irregularidades cometidas na contagem dos votos da emigração".

LUSOMUNDO MÉDIA

PS EXIGE MÁXIMA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE VENDA

Perante o repentino anúncio de venda total do capital da Lusomundo Serviços (que controla a Lusomundo Média) por parte da PT à Olivadesportos, o Partido Socialista exige que a Autoridade da Concorrência e a Alta Autoridade para a Comunicação Social garantam a máxima transparência do processo. Augusto Santos Silva manifestou, em declarações à Imprensa, a "estranheza" com que os socialistas encaram a "rapidez e oportunidade" com que a alienação da Lusomundo Serviços foi decidida e concluída "numa época de transição política".

Dadas "as sensibilidades e precedentes recentes que se viveram nas relações entre a PT e o universo da Comunicação Social, nomeadamente a designação de pessoas para o conselho de administração da Lusomundo Média", o PS considera fundamental que "o processo seja cumprido com a máxima transparência", sublinhou o deputado.

"Contamos por isso que as entidades reguladoras investiguem se todos os requisitos legais e garantias são efectivamente cumpridos", reforçou.

Augusto Santos Silva sublinhou que "o PS não tem nenhuma objecção de princípio" face à venda dos activos de media da PT, por ser do entendimento do partido que "o Estado restrinja a sua participação directa e indirecta" no sector dos media, mas frisou a importância de salvaguardar as questões de concentração e isenção e pluralidade dos meios de Comunicação Social.

ENVIAR RETRATO DE FREITAS PARA O PS É "GAROTICE MAL-EDUCADA"

Mandar retirar o retrato oficial de Freitas do Amaral da sede "popular" do Caldas e enviá-lo para o largo do Rato é uma "garotice mal-educada". Esta a reacção do porta-voz socialista, Pedro Silva Pereira, perante a atitude inesperada do CDS-PP após a divulgação do elenco do XVII Governo Constitucional, no qual o antigo líder centrista é indicado para titular da pasta dos Negócios Estrangeiros.

"É apenas uma garotice mal-educada de quem manda no CDS, se é que alguém manda no CDS", criticou o dirigente do PS.

O secretário-geral do CDS-PP Pedro Mota Soares, comunicou publicamente, no passado dia 5, a sua intenção de remover e enviar por encomenda para a sede socialista a imagem do fundador centrista.

A fotografia oficial de Freitas do Amaral, indigitado como ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros do Executivo do PS, figurava na galeria de fotos dos líderes do CDS-PP na sede do largo do Caldas, partido no qual, aliás, já não militava há muito tempo, tendo assumido desde o princípio da década de 90 o estatuto de independente.

AÇORES

SOCIALISTAS APROVAM PROPOSTA DE REVISÃO DA LEI ELEITORAL

Para melhorar a tradução dos votos em mandatos, os socialistas açorianos aprovaram uma proposta de alteração do sistema eleitoral do arquipélago que prevê um novo círculo regional.

Em conferência de Imprensa realizada no passado dia 28 de Fevereiro, Francisco Coelho, líder parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional, adiantou que a "criação de um círculo de compensação" implica o aumento de 52 para 57 do número de deputados no parlamento regional. Estes novos cinco deputados, explicou, serão eleitos pela soma dos votos remanescentes de cada partido nos círculos de ilha.

Recorde-se que na sequência da revisão constitucional de 2004, a Assembleia Legislativa Regional tem de apresentar, até 18 de Abril, a proposta de revisão do sistema eleitoral do arquipélago no parlamento nacional.

Em causa está a necessidade, admitida por todas as forças política, de evitar que o partido mais votado em eleições regionais não obtenha o maior número de deputados.

"O aumento do número de deputados deve ser assumido com frontalidade, transparência e sem demagogias porque favorece a pluralidade da representação, atribuindo um carácter e influência regional ao voto dos açorianos", defendeu o deputado socialista regional. Francisco Coelho explicou, ainda, que a proposta do novo sistema eleitoral que o PS vai apresentar à Assembleia Legislativa Regional "tende a favorecer os partidos mais pequenos", exemplificando com os resultados das últimas eleições regionais de Outubro, nas quais, frisou, "os socialistas teriam eleito mais três deputados, a coligação PSD/CDS-PP mais um e a CDU, que ficou de fora da Assembleia, teria obtido



um parlamentar".

Na reunião do secretariado regional, o PS/Açores definiu, também, o perfil dos seus candidatos às eleições autárquicas de Outubro, cujos nomes deverão estar, maioritariamente, escolhidos até ao final de Abril.

Segundo Francisco Coelho, os candidatos socialistas serão personalidades "com implantação local, com prestígio, competência e reconhecimento público".

Carlos César pede "máximo consenso"

Entretanto, e a propósito da revisão da lei eleitoral no arquipélago, o líder do PS/Açores, Carlos César apelou ao "máximo consenso possível" no parlamento regional para levar avante a mudança, alertando porém para o facto de os socialistas estarem prontos a aprovar a sua proposta caso este entendimento fosse inviável.

Na falta de consenso parlamentar, a bancada do PS "salvaguardará a iniciativa da Assembleia Legislativa dos Açores" sobre este assunto, salientou César, advertindo que os socialistas "não

admitirão que seja o parlamento nacional a tomar a iniciativa de uma matéria de iminente interesse regional".

O líder do PS/Açores salientou ainda, ao participar no passado dia 22 numa reunião da Comissão de São Miguel, que a proposta do PS pretende salvaguardar a representatividade das ilhas mais pequenas, através da manutenção dos nove círculos eleitorais, e aproximar o "sistema da proporcionalidade desejada".

Segundo Carlos César, não é diminuindo o número de deputados "que se ganha eficiência na Assembleia Regional e não é aumentando que se colocará em perigo as finanças públicas".

O que é necessário é "um bom sistema eleitoral que seja um espelho fiel da vontade dos eleitores na conversão em mandatos e um bom parlamento em que os deputados, independentemente do número, trabalhem", concluiu.

ALMEIDA SANTOS AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"TEMOS DE ESTAR MAIS UNIDOS"

A salvaguarda da unidade interna do partido é um bem que o presidente do PS quer ver preservado "a todo o custo". Em entrevista ao "Acção Socialista", Almeida Santos considera que o actual momento de unidade é "mérito" de José Sócrates e elogia a forma como este conduziu o processo de formação do Governo. Céptico quanto às propostas que têm sido avançadas de alteração do sistema eleitoral, o presidente do PS afirma que as autárquicas "não vão ser fáceis" e por isso defende "candidatos de unidade".

Na sua qualidade de presidente do PS, como interpreta os resultados eleitorais das recentes eleições legislativas, nomeadamente a vitória histórica do nosso partido, que obteve pela primeira vez a maioria absoluta?

O eleitorado devia ao Partido Socialista uma maioria absoluta por uma razão simples: é que tinha dado duas ao PSD e nunca tinha dado nenhuma ao PS. E só dando aos dois partidos as mesmas possibilidades é que pode comparar a capacidade de cada um deles para governar o país. Agora essa comparação vai fazer-se pela primeira vez. A vitória do PS nas recentes legislativas é histórica pelo volume dos votos e também pelas circunstâncias em que ocorreu. Neste momento o país precisava de outro governo e o eleitorado deu ao país esse governo.

A que é que se deveu, no seu entender, o resultado alcançado pelo PS?

No voto há sempre uma dupla componente, sendo sempre resultado de um protesto e de um apreço. Protesto para quem está no governo e apreço por quem se propõe ser governo. Por um lado, o governo do PSD/PP deu mais do que razões ao eleitorado para que este estivesse descontente. E, por outro, o PS tem uma imagem junto do eleitorado, que não pode deixar de ser positiva porque o nosso partido esteve na base dos grandes momentos da política portuguesa depois do 25 de Abril. Fomos nós que, liderados por Mário Soares, fizemos a maior reforma de fundo de sempre quando defendemos a democracia após Abril e depois introduzimos Portugal na então Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, e fomos nós que, liderados por António Guterres, introduzimos Portugal na moeda única. Estas são as três grandes reformas que são os três grandes desígnios do pós-25 de Abril. Comparado com isto o resto pouco vale. Fomos também sempre nós que tivemos a preocupação de combater a pobreza e este é um dos nossos grandes trunfos, porque no fundo ser socialista é distribuir a riqueza que há o mais possível por todos e não igualmente, porque isso não deu resultado, como se sabe, no Leste

européu, mas com justiça e equidade. Esta é portanto a imagem do PS, que tinha este título de crédito, o qual neste momento foi reforçado pela componente do protesto.

Quais são, na sua perspectiva, os principais problemas com que se debate o país?

É fundamentalmente a economia e também a situação financeira. É evidente que o Governo do PS vai encontrar grandes dificuldades para reequilibrar o défice que é uma situação grave. Há também algumas dificuldades em resultado de problemas que a União Europeia (UE) tem hoje e que não tinha nos anos transactos, porque a UE não pode auxiliar-nos tanto como no passado; e temos também um desemprego que é elevado para Portugal. Temos 500 mil cidadãos no desemprego, o que para além dos dramas pessoais, cria problemas terríveis para a segurança social. Temos uma população envelhecida que é um peso morto no equilíbrio das contas do país; e o flagelo social da miséria que explodiu nestes últimos três anos. Tudo isto são dificuldades que vêm pesar no futuro próximo de Portugal.

Como comenta o actual clima de unidade interna do partido, após um profundo debate interno, que elegeu José Sócrates para a liderança do PS?

Isso é mérito de José Sócrates que já provou neste curto espaço de tempo ser um grande líder. Sócrates deu uma demonstração que sabe defender e promover a unidade apaziguando as divergências que o congresso tinha criado, não fazendo nenhuma distinção entre adversários e apoiantes, o que é muito positivo. Por outro lado, estou certo também que José Sócrates vai ser um grande primeiro-ministro. E saliento desde já o exemplo que está a dar na formação do Governo, fugindo ao bate-papo na comunicação social e na opinião pública. Isto prova que ele vai instaurar um novo estilo de governar mais na base da verdade, da transparência, do diálogo, da solidariedade para com os que mais precisam. Sócrates tem também capacidade de decisão já demonstrada quanto esteve no Governo, o que é



importantíssimo nos tempos difíceis que aí vêm.

Qual o contributo que o presidente do partido pode dar para a manutenção deste clima de unidade?

O presidente do partido, segundo os estatutos, é o defensor da unidade. E eu sempre que posso resolvo pequenos problemas, às vezes sem se saber que os resolvi ou contribuí para isso, procurando salvaguardar a unidade, muitas das vezes sacrificando-me pessoalmente. Aliás, estou convencido que nós atravessamos neste momento uma unidade rara na vida do partido, já que poucas vezes o partido teve na sua história a homogeneidade e a coesão que tem hoje.

Agora que o PS chega ao Governo, qual o papel que deve ser reservado ao partido nesta nova conjuntura?

Também estou convencido que o Sócrates terá consciência de que o partido é fundamental para resolver os problemas do próprio Governo. Porque há duas vertentes, a vertente parlamentar, que é muito importante, e a vertente da rua, já que as oposições também lutam na rua na base dos sindicatos, das manifestações. Neste contexto, o partido continuará a ser eminentemente necessário. Portanto, tenho a certeza que o Sócrates tem consciência plena de que não deve desprezar nem menozar o papel do partido.

Agora que vai deixar de ser deputado, depois de uma vida dedicada ao Parlamento onde ocupou o mais alto cargo, que balanço faz desta sua experiência?

Eu fui fundamentalmente um legislador na política portuguesa depois do 25 de Abril. Em número, muito provavelmente fiz mais leis quando estive no Governo do que na Assembleia. Mas eu diria que quer no Governo quer no Parlamento eu terei sido um dos políticos da democracia que mais diplomas produziram. Tenho essa satisfação. Quanto à qualidade das leis, não me compete dizer se foram boas ou más.

De que forma é que o trabalho desenvolvido pela Assembleia da República pode tornar-se mais conhecido e reconhecido junto da população?

Eu criei quando era presidente da Assembleia da República o canal Parlamento. Trata-se de um canal que entra na casa das pessoas todos os dias. Acontece que nem todas as pessoas podem ver este canal, em parte devido ao horário em que decorre, mas as pessoas de idade, as donas de casa e outros vêem com muita frequência o canal e acham graça e seguem com atenção os debates parlamentares. E, ao contrário do que se julga, o canal Parlamento é visto por muita gente, sendo

Estou certo também que José Sócrates vai ser um grande primeiro-ministro. E saliento desde já o exemplo que está a dar na formação do Governo, fugindo ao bate-papo na Comunicação Social e na opinião pública. Isto prova que ele vai instaurar um novo estilo de governar mais na base da verdade, da transparência, do diálogo, da solidariedade para com os que mais precisam. Sócrates tem também capacidade de decisão já demonstrada quanto esteve no Governo, o que é importantíssimo nos tempos difíceis que aí vêm

S DO QUE NUNCA"



Os socialistas, quer enquanto militantes quer enquanto cidadãos, devem procurar empenhar-se cada vez mais na solução dos problemas, reflectindo sobre eles, dando sugestões, participando tanto quanto possível através dos canais de participação democrática que já existem, e não ficando em casa a dizer mal das coisas porque essa postura é que não resolve coisa alguma



por isso uma forma de levar o que se passa ao conhecimento de cada um.

Que alterações podem ser introduzidas no sistema eleitoral, de modo a aperfeiçoá-lo e contribuir para uma maior aproximação entre os eleitos e os eleitores?

Eu não creio que as alterações da lei eleitoral que têm sido propostas venham a contribuir muito para aproximar os eleitos dos eleitores, nomeadamente a esperança que se deposita nos círculos uninominais. Eu não sou muito apaixonado destes círculos, embora admita que possam melhorar um pouco essa aproximação. Mas é preciso lembrar que os círculos uninominais onde existem também provocam reacções e críticas, porque no fundo fazem regressar o caciquismo. Por exemplo, se o deputado é eleito por um pequeno círculo, com um pequeno grupo populacional, transforma-se num cacique naturalmente. Esta solução, portanto, também tem defeitos, não tem só virtudes. Na minha opinião, esta história da aproximação entre eleitos e eleitores é um pouco como uma "cantiga", dado que se queremos aproximar-nos, o que é que impede que a gente se aproxime. Uma vez pediram a um filósofo que definisse o que era o movimento, e ele começou a andar, ou seja, em vez de começar com explicações filosóficas, demonstrou o que é o movimento. Isto para concluir que não

é a lei eleitoral que impede que os eleitos se aproximem dos eleitores. Por outro lado, nós conhecemos os defeitos que tem a actual lei eleitoral, mas desconhecemos os defeitos que terá quando for alterada.

De que forma se pode contrariar a crise latente nas relações de confiança dos cidadãos com as instituições democráticas, que têm levado à diminuição do grau de empenhamento cívico e político?

Esse fenómeno não é de fácil solução. Há uma crise da democracia representativa resultante da modernidade das informações. As novas tecnologias tornaram as informações instantâneas, o mundo inteiro entra-nos pela casa dentro, nomeadamente através da televisão, mas também da rádio, dos jornais e da Internet. Face a esta nova realidade da comunicação no mundo moderno, as velhas instituições ficaram desadaptadas. Por outro lado, a sociedade civil com esta soma de informação quer mais participação, em particular nas decisões que lhe dizem respeito, ou seja, é uma sociedade civil menos submissa do que era no passado, é mais reivindicativa, mais refilona, mais brigona. Tudo isto cria às tradicionais instituições políticas dificuldades que não existiam há 50 anos. Por isso, nós temos de tomar consciência desta diferença de realidades para transformarmos as instituições, porque o mundo mudou muito. Estes são os fenómenos que vão exigir mudanças políticas e reformas estruturais de fundo.

Como encara o próximo desafio eleitoral do PS, as autárquicas de Outubro?

As eleições autárquicas não são para nós as mais fáceis. Um bom resultado vai depender um pouco do sucesso que o Governo possa vir a ter até às eleições. Por outro lado, para além de bons programas, precisamos de bons candidatos. Só que por vezes os candidatos são escolhidos localmente através de disputas internas que dividem os votos do PS. É preciso evitar isso, através de candidatos de unidade. E se não puder ser nenhum dos que disputam, será um terceiro. Essa solução já foi adaptada de algum modo para Matosinhos, onde os nossos eleitores estavam divididos ao meio. Esta poderá ser a solução em outros municípios onde tal problema se coloque.

No início do século XXI, qual o caminho e propostas que o socialismo democrático deve encontrar para fazer frente ao neoliberalismo dominante?

Eu acho que o neoliberalismo está na agonia. O neoliberalismo manteve um relativo prestígio quando tinha a oposição do socialismo soviético, o chamado socialismo real, uma vez que nessa altura havia uma contraposição de dois modelos, o modelo colectivista e o modelo individual. Ora, o modelo colectivista foi vencido pelo modelo individual, e o neoliberalismo julgou que estava sozinho no terreno e podia fazer o

que quisesse e produziu mais pobres, desempregados e analfabetos do que nunca tinha sido produzido. Hoje, um em três cidadãos do mundo é pobre, desempregado ou analfabeto. Isto é a falência total do neoliberalismo. A solução é evidentemente um meio termo entre a solução colectivista e a solução liberal e individualista e isso é o socialismo democrático. Ou seja, temos de distribuir melhor a riqueza e esse é o grande papel do modelo socialista, que mantendo a liberdade democrática distribui melhor a riqueza produzida que o neoliberalismo, que não se preocupa nada com a pobreza que gera, uma vez que acredita cegamente na "mão invisível" que não resolve nada, só cria multidões de pobres e analfabetos.

Neste contexto, qual o papel que deve ser reservado ao Estado de forma a corrigir de uma forma efectiva as desigualdades resultantes exclusivamente da dinâmica do mercado?

Um dos "slogans" do neoliberalismo é o Estado mínimo. Em Portugal, por exemplo, nós vemos com frequência alguns arautos do sector económico defender um peso menor do Estado, mas cada vez que há uma crise toda a gente corre a meter-se debaixo do chapéu do Estado. Eu defendo um Estado equilibrado, que não seja tão forte que esmague, nem tão fraco que não possa proteger. O Estado deve ter a dimensão ideal. Eu acho que o Estado mínimo é um erro, um erro do neoliberalismo, mas o Estado máximo também é um erro, foi condenado no Leste europeu e será condenado no futuro. Portanto, eu penso que o nosso socialismo democrático está na boa medida, já que está muito próximo da síntese entre o colectivismo do Leste que falhou e o neoliberalismo do Ocidente que está a dar muito má conta de si.

Na sua qualidade de presidente do PS, há alguma mensagem que gostasse de deixar através do nosso jornal aos militantes?

Sim, com certeza. Em primeiro lugar, referir que é preciso salvaguardar a todo o custo a unidade interna do partido que felizmente temos neste momento, e que é preciosa. Nesse sentido, é preciso não deixar que pequenas questões e pequenas divergências possam pôr em causa a unidade existente. Temos de estar unidos mais do que nunca. Em segundo lugar, temos que não partir do princípio de que a solução dos problemas compete só ao Governo, uma vez que compete também aos partidos e aos cidadãos. Portanto, os socialistas, quer enquanto militantes quer enquanto cidadãos, devem procurar empenhar-se cada vez mais na solução dos problemas, reflectindo sobre eles, dando sugestões, participando tanto quanto possível através dos canais de participação democrática que já existem, e não ficando em casa a dizer mal das coisas porque essa postura é que não resolve coisa alguma.

VÍTOR BATISTA

METRO MONDEGO ESTÁ AO SERVIÇO DA RECANDIDATURA DE ENCARNÇÃO

O presidente da Federação de Coimbra do PS, Vítor Baptista, acusou o conselho de administração da sociedade Metro Mondego (MM) de estar "ao serviço" da recandidatura do actual presidente da autarquia, Carlos Encarnção.

"Ao lançar um concurso (para o metropolitano ligeiro de superfície) que sabe que vai ser inviabilizado, a MM está exclusivamente ao serviço da recandidatura de Carlos Encarnção", denunciou em conferência de imprensa Vítor Baptista, também deputado reeleito pelo círculo de Coimbra.

"Todos sabemos que Carlos Encarnção (PSD) disse que não seria candidato à Câmara de Coimbra se não houvesse metro de superfície. O PS esperaria que Carlos Encarnção, enquanto presidente da Grande Área Metropolitana de Coimbra, soubesse, perante um governo PSD/PP, defender um projecto desta envergadura", afirmou Vítor Baptista.

Ainda segundo o presidente da Federação socialista, "o bom senso mandaria que se esperasse pelo novo governo" para abrir o concurso, tentando chegar antes a acordo com a Câmara da Lousã, cujo presidente, Fernando Carvalho (PS), também já anunciou que não vai assinar os protocolos de aceitação dos termos, o que implicaria a anulação do concurso.

"Não conheço nenhum caso em que se lança um concurso depois de o Governo (PSD/PP) ter perdido eleições, com a oposição dos municípios e com a possibilidade de ser anulado", frisou Vítor Baptista, acrescentando que o processo revela outras insuficiências, nomeadamente a omissão das fontes financeiras para a concretização do projecto.

Para o líder da Federação de Coimbra, as condições do lançamento do concurso, com a extinção do segmento Lousã/Serpins e a hipótese de uma solução tecnológica alternativa para o troço Ceira/Lousã, representam "uma alteração profunda" do projecto inicial do metropolitano de superfície, "em que se admite que fique apenas cingido ao concelho de Coimbra".

"Se o concelho da Lousã não fosse socialista este problema não se colocaria, é uma discriminação negativa", acusou o deputado. Garantiu, por outro lado, que o PS de Coimbra e os deputados eleitos pelo círculo se baterão pelo projecto inicial, incluindo o troço Lousã/Serpins. O antigo presidente da Câmara da Lousã, Horácio Antunes, eleito deputado pelo círculo eleitoral de Coimbra legislativas de 20 de Fevereiro, e os vereadores (PS) das autarquias de Coimbra e de Miranda do Corvo, Luís Vilar e Jorge Cosme, respectivamente, estiveram também presentes na conferência de imprensa, que decorreu na sede do Partido Socialista.



ABRANTES

PROGRAMA "+ VIDA" BENEFICIA 400 IDOSOS DO CONCELHO

Quatro centenas de idosos de lares e centros de dia de Abrantes começaram já a praticar actividades físicas, numa iniciativa promovida pela autarquia local e apoiada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

O programa "+ Vida", apresentado publicamente no passado dia 25 de Fevereiro, visa responder às necessidades específicas da terceira idade "com impactos na saúde e bem-estar e na própria alegria de viver", conforme explicou à Comunicação Social o presidente da edilidade abrantina.

O autarca socialista Nelson Carvalho adiantou que o projecto surgiu de uma proposta do Serviço de Desporto da câmara, tendo sido acolhido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, que disponibilizou um técnico em regime de estágio ocupacional.

Em colaboração com os 13 centros de dia e lares de instituições particulares de solidariedade social do concelho, que aderiram na totalidade a este programa, o técnico elaborou um horário que vai "pôr a mexer" os mais idosos, na própria instituição ou nas várias instalações desportivas da autarquia.

"Não vamos pôr os idosos a fazer



afundanças numa tabela de basquetebol, mas oferecer-lhes caminhadas ou o contacto com a piscina, nomeadamente hidroginástica, actividades suaves que promovam a sua qualidade de vida e previnam doenças, como a hipertensão ou colesterol", disse o autarca. O programa prevê que os idosos possam usufruir de espaços ao ar livre, como o parque urbano, a zona ribeirinha do Tejo ou o Centro Náutico.

Sublinhando que o concelho de Abrantes

não foge ao fenómeno do envelhecimento da população, Nelson Carvalho adiantou que a câmara apoiou, há cinco anos, o aparecimento de uma Universidade da Terceira Idade.

Promovida por uma associação cultural do concelho, "a universidade tem tido muita participação e uma função importante na facilitação da convivência e na possibilidade de permitir aprendizagens e aquisição de conhecimentos nesta fase da vida", adiantou.

CIRCULAR URBANA DE SANTARÉM CONCLUÍDA EM SETEMBRO

Após superar a maioria dos entraves que surgiram no processo de negociação com os proprietários dos terrenos necessários para a construção da circular urbana da cidade, a Câmara Municipal de Santarém vai iniciar as obras de conclusão ainda este mês.

O executivo camarário aprovou, na sua última reunião, protocolos a assinar com cinco dos proprietários, o que significa que passa a deter cerca de 95 por cento das parcelas necessárias e que pode iniciar os trabalhos do chamado "acesso sul".

Esta empreitada de conclusão da circular, também conhecida na cidade por "rua 0", já foi adjudicada por 1,74 milhões de euros e prevê um prazo de execução de 180 dias. O edil socialista, Rui Barreiro, afirma, por isso, que as obras vão começar ainda em Março e deverão estar prontas em Setembro.

O fecho da circular urbana é considerado "uma obra de extrema importância" para a cidade, incidindo as obras na zona do Centro Nacional de Exposições e

Mercados Agrícolas (CNEMA) e do Moinho de Fau.

Na última reunião camarária foram aprovados os cinco protocolos, que envolvem indemnizações totais para os proprietários dos terrenos de 400 mil euros, mas que criam, finalmente, condições para o arranque dos trabalhos.

Segundo a Câmara de Santarém, ficam ainda por resolver duas situações (próximo do CNEMA), cujos proprietários se recusam a vender os terrenos ao município, mas onde a autarquia ainda pretende chegar a acordo.

Luz verde para adesão à Águas do Ribatejo

A adesão de Santarém à empresa intermunicipal Águas do Ribatejo possibilita "como nunca" o acesso a apoios do Fundo de Coesão Social que permitirão a resolução dos problemas de saneamento que persistem no concelho. Esta é a opinião expressa pelo

o presidente da autarquia local, o socialista, Rui Barreiro, após a Assembleia Municipal ter ratificado a decisão tomada a 10 de Janeiro pelo executivo camarário.

Com um investimento previsto da ordem dos 30 milhões de euros nos próximos anos, o município de Santarém participa no capital social da "Águas do Ribatejo" com equipamentos avaliados em 1,9 milhões de euros (correspondente a 32 por cento do total).

A empresa, que terá um capital social de 6,3 milhões de euros, envolve os municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém, terá uma concessão por 40 anos para explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e saneamento da região. A Lezíria do Tejo tem um nível médio de atendimento no abastecimento de água de 95,4 por cento e de cerca de 71 por cento nas redes de águas residuais, 66,2 por cento dos quais com tratamento de efluentes.

PS/TOMAR RETIRA CONFIANÇA POLÍTICA A VEREADOR EX-CANDIDATO À CÂMARA

A Comissão Política do PS de Tomar decidiu retirar a "confiança política" ao vereador José Mendes, candidato à autarquia em 2001.

Num comunicado, a Concelhia afirma que, "analisadas declarações e posições políticas do vereador José Mendes, a partir desta data, não tem condições para continuar a manter o apoio político ao mesmo".

Luís Ferreira, presidente da Concelhia do PS de Tomar, referiu que, entre as razões para esta decisão, estão as acusações feitas pelo ex-assessor do vereador, responsável pela Protecção Civil.

Há cerca de duas semanas, o ex-assessor do único vereador socialista ainda com pelouros, acusou José Mendes de ser um autarca "ausente", colocando "em risco o concelho" devido à "falta de estratégia" na Protecção Civil.

Estas questões foram analisadas na reunião do Secretariado da Concelhia do PS, que concluiu que o vereador deixava de merecer a confiança política do partido.

"Sabemos que esta decisão não produz resultados práticos mas é uma tomada de posição para esclarecer posições", justificou Luís Ferreira. Entretanto, a Concelhia do PS deverá apresentar ainda este mês o seu candidato à Câmara de Tomar, adiantando o camarada Luís Ferreira, salientando que o "perfil está definido", mas preferindo não revelar, para já, a escolha feita.

PS/PORTO PROCURA ALIANÇAS À ESQUERDA

O PS/Porto vai estabelecer contactos com a CDU e o Bloco de Esquerda, visando procurar entendimentos com vista às próximas eleições autárquicas no município do Porto e outros concelhos da Área Metropolitana do Porto onde a direita governa.

Esta proposta foi avançada por Francisco Assis na última reunião da Comissão Política da Federação do Porto, tendo recolhido o apoio maioritário dos membros deste órgão. "Nesta altura, o PS não tem nenhuma limitação estratégica e terá vantagens em conseguir energias e

capacidades que estão noutras forças políticas de esquerda", afirmou Francisco Assis, adiantando que, em breve, serão estabelecidos contactos. O PS/Porto pretende chegar ao final de Março com a maioria dos candidatos autárquicos escolhidos.

SOCIALISTAS APRESENTAM PRÉMIO ANTÓNIO SOUSA FRANCO



A delegação socialista no Parlamento Europeu apresentou, no passado dia 4 de Março, em Lisboa, o prémio Sousa Franco, destinado a distinguir trabalhos científicos nas categorias de formação e investigação.

A sessão de lançamento do "Prémio Professor António Sousa Franco", realizada na Faculdade de Direito da

Universidade de Lisboa, contou com a presença do eurodeputado António Costa, do deputado Eduardo Ferro Rodrigues e da cabeça de lista do PS pelo círculo de Coimbra, Matilde Sousa Franco, viúva do professor catedrático, que agradeceu, muito emocionada, a instituição de um prémio de Direito Europeu com o nome do marido e ex-

ministro das Finanças.

O prémio Sousa Franco será entregue em cerimónia pública no dia 21 de Setembro, e tem como objectivo "incentivar a investigação sobre o processo de integração europeia", bem como "divulgar como menção honrosa, recomendar igualmente a sua publicação numa das supra referidas revistas.

Nesta edição, o "Acção Socialista" publica na íntegra o regulamento do prémio.

REGULAMENTO DO PRÉMIO PROFESSOR ANTÓNIO SOUSA FRANCO (ANO DE 2005)

- 1º: O "Prémio Professor António Sousa Franco" é anualmente atribuído a trabalhos na área do Direito da União Europeia, nas categorias de "Formação" e de "Investigação".
- 2º: Na categoria "Formação", poderão candidatar-se estudantes dos cursos de licenciatura em Direito, matriculados em qualquer instituição de ensino superior portuguesa.
- 3º: Na categoria "Investigação", poderão candidatar-se licenciados em Direito, com idade igual ou inferior a 35 anos, que tenham nacionalidade portuguesa ou que residam em Portugal ou que tenham obtido licenciatura ou formação pós-graduada em instituição de ensino superior portuguesa.
- 4º: Os trabalhos apresentados devem ser inéditos, redigidos em língua portuguesa, com um pequeno resumo em inglês e/ou francês, dactilografados em formato "Word", tipo de letra "Times New Roman", tamanho 12, espaço 1.5, com um mínimo de 50 páginas e um máximo de 100 páginas, na categoria de "Formação", e um mínimo de 100 páginas e um máximo de 250 páginas na categoria de "Investigação".
- 5º: Os trabalhos concorrentes na categoria "Formação" devem ser acompanhados de carta de recomendação assinada por docente do estabelecimento de ensino frequentado pelo concorrente.
- 6º: Os trabalhos candidatos ao "Prémio Professor António Sousa Franco" deverão ser entregues até ao dia 30 de Junho de 2005, na Secretária da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sita na Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa ou enviados por correio para a mesma morada.
- 7º: Os trabalhos apresentados serão avaliados por um júri composto por Mestres e Doutores em Direitos, designados pelas Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa e pela Professora Matilde de Sousa Franco.
- 8º: Não poderão integrar o júri docentes que tenham subscreto carta de recomendação para a apresentação de trabalho concorrente.
- 9º: Na categoria "Formação", o prémio terá uma componente monetária, no valor de 2.500,00 euros, e uma componente de divulgação, assegurada pela publicação do trabalho vencedor na revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Se a especial qualidade de outros trabalhos o justificar, o júri poderá, como menção honrosa, recomendar igualmente a sua publicação numa das supra referidas revistas.
- 10º: Na categoria "Investigação", o prémio terá uma componente monetária, no valor de 5.000,00 euros, e uma componente de divulgação, mediante a edição monográfica na colecção "Prémio Professor António Sousa Franco", da Livraria Almedina. Se a excepcional qualidade do trabalho o justificar, o júri poderá ainda recomendar a sua tradução para inglês ou francês, tendo em vista a sua edição em publicação estrangeira.
- 11º: Não haverá atribuição de prémios "ex aequo", seja na categoria "Formação", seja na categoria "Investigação".
- 12º: Não haverá atribuição de prémios, se o júri nomeado entender, por maioria, que nenhum dos trabalhos apresentados reúne a qualidade científica exigida à sua publicação.
- 13º: Os prémios serão entregues em cerimónia pública a decorrer nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, no dia 21 de Setembro de 2005.
- 14º: Quaisquer casos omissos serão resolvidos por decisão fundamentada do júri.
- 15º: O presente Regulamento será afixado nas instalações do Parlamento Europeu em Lisboa, sitas no Largo Jean Monnet, 1, 6º, bem como nos lugares de estilo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ou da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e publicado em dois jornais de circulação nacional.
- 16º: O presente Regulamento estará disponível nas páginas electrónicas da Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu (www.partido-socialista.net/pspe), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (www.fd.ul.pt) e da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (www.fd.ucp.pt).

OPINIÃO

AS CIRCUNSTÂNCIAS

Um PS com maioria absoluta, 22 deputados à sua esquerda e apenas 87 à sua direita no espectro parlamentar tem especiais responsabilidades



PAULO PEDROSO

de auto-exame permanente.

É fundamental, no entanto, não esquecer que o voto das últimas eleições legislativas, se visou interromper o desastre santanista, também pretendeu dar sinais claros das mudanças que desejava. Um PS com maioria absoluta, 22 deputados à sua esquerda e apenas 87 à sua direita no espectro parlamentar tem especiais responsabilidades.

Esta experiência governativa não nos deve levar para a zona da política "nem-carne-nem-peixe" nem devemos ceder às tentações de protagonizar os ensaios neoliberais que a direita sempre reclama da esquerda.

E, sabemos todos, os portugueses deram-nos confiança absoluta mas estão de olho em nós. Este é o momento do maior desafio de sempre aos socialistas democráticos e aos cidadãos que — vindos do cristianismo social, do pensamento liberal e de outras famílias da esquerda moderna — se juntaram ao PS para formar o novo governo. Todos lhes desejamos felicidades e que cumpram o programa eleitoral do PS em nome do qual governarão.

The image shows a screenshot of the PS - Partido Socialista website. The main content area features a 'Newsletter' sign-up form with fields for 'Nome e sobrenome' and 'E-mail', and a 'Inscrever-se' button. Below the form, there are several news items with dates and headlines, such as '2005-02-24 Sócrates indigitado' and '2005-02-23 Sócrates indigitado'. The sidebar on the right contains a large graphic of the letters 'PS' and a list of links for various sections of the website, including 'Secretaria Geral', 'Partido', 'Legislativas 2005', 'Bases Programáticas', 'Galeria', 'Dignos e que pensa', 'Ficha de adesão', 'Contactos', 'Links', 'Diga à sua amiga', 'Blog de José Sócrates', 'Fórum Novas Fronteiras', and 'Página Inicial'. There is also a search bar at the bottom right with a 'Procurar' button.

RELATÓRIO DAS CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS DA CANDIDATURA DE MANUEL ALEGRE A SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS. Dado o arranque tardio da Campanha e sabendo-se que o volume das despesas a efectuar seria de montantes relativamente elevados, ainda que num quadro de contenção, foi decidido desenvolver esforços de obtenção de "receitas" em várias frentes, como adiante se pormenoriza. Nesta tarefa, nem sempre fácil, existem alguns factos que pretendemos fiquem registados, para total clareza e compreensão do significado deste Relatório.

a) - Todas as despesas efectuadas, assim como todas as receitas obtidas, constam expressamente deste documento. As facturas e recibos das despesas, bem como os registos bancários e recibos das receitas, ficam devidamente arquivados e poderão ser consultados.

b) - As receitas provenientes da contrapartida da distribuição das brochuras com a Moção "Mais Igualdade, Melhor Democracia", assim como as obtidas, semelhantemente, com o disco "Manuel Alegre - coração que nasceu livre", não tiveram possibilidade de registo individual. No entanto, é possível confrontar estas receitas com o volume das respectivas edições (das brochuras e dos discos).

c) - Não foi recebida, nem foi solicitada, qualquer contribuição de empresas. Não que, por princípio e de forma indiscriminada, consideremos negativo este tipo de donativos, mas entendemos apenas que esta circunstância deve ficar registada.

d) - Em algumas sessões de propaganda realizadas fora de Lisboa, houve pequenas despesas que foram suportadas directamente pelos núcleos locais de apoio à candidatura, sem que tivesse sido possível averiguar o respectivo montante exacto. Contudo, estamos em condições de afirmar que o total envolvido foi muito reduzido, de modo que não alteraria, significativamente, os valores que foram apurados para as despesas e para as receitas.

2. ORÇAMENTO DE DESPESAS. O primeiro trabalho efectuado foi a elaboração de um orçamento das despesas que na altura eram previsíveis (16.8.2004). Como se verá pela discriminação que se segue, este orçamento soma 67 200 euros; no entanto admitiu-se desde logo uma possível variação de 10 % para mais ou para menos. Assim, a estimativa global situar-se-ia entre cerca de 60 mil a 74 mil euros.

ORÇAMENTO DAS DESPESAS (valores em euros):

1. Comunicação	
1.1. anúncios em jornais	10 000
1.2. telemóveis	1 000
1.3. correio avulso	500
sub-total	11 500
2. Transportes e alojamentos	
2.1. transportes	1 000
2.2. alojamento e refeições	3 000
sub-total	4 000
3. Aluguer de salas	
4. Material de campanha	9 000
4.1. concepção gráfica	500
4.2. produção	1 500
4.3. outro material de campanha	8 000
sub-total	10 000
5. "Mailing" aos militantes	
6. Diversos	
6.1. equipamento e mobiliário	500
6.2. material de escritório	500
6.3. "catering"	700
6.4. fotocópias	500
6.5. aquisição de jornais	500
6.6. gratificações	2 000
sub-total	4 700
7. Imprevistos	
	3 000
TOTAL	67 200

3. DESPESAS EFECTUADAS. As despesas feitas foram classificadas de acordo com o rudimentar código orçamental utilizado, o que permite uma comparação fácil entre orçamentado e realizado. O resultado é o seguinte (valores em euros):

Verifica-se, pois, um desvio total face ao orçamentado de menos 7.801,11 euros. Nos gráficos seguintes podemos visualizar a decomposição da despesa realizada (gráfico 1), bem como o desvio para o orçamento, quer em valores globais (gráfico 2) quer em valores desagregados (gráfico 3).

DESPESAS REALIZADAS (valores em euros):

Desvio p. o orçamento	
1. Comunicação	
1.1. anúncios nos jornais	6.741,04
1.2. telemóveis	2.621,74
1.3. correio avulso	777,04
sub-total	10.139,82
2. Transportes e alojamentos	
2.1. transportes	6.175,27
2.2. alojamentos	2.435,21
e refeições	
sub-total	8.610,48
3. Aluguer de salas	
sub-total	4.336,18
4. Material de campanha	
4.1. concepção gráfica	0,00
4.2. produção	338,00
4.3. outro material de campanha	8.018,00
sub-total	8.356,64
5. Mailing aos militantes	
sub-total	21.242,43
6. Diversos	
6.1. equipamento e mobiliário	792,10
6.2. material de escritório	977,72
6.3. "catering"	0,00
6.4. fotocópias	172,08
6.5. aquisição de jornais	163,00
6.6. gratificações	3.100,00
sub-total	5.204,90
7. Imprevistos	
video-conferências	1.508,44
- inovação tecn.	
sub-total	-1.491,56
Total das Despesas realizadas	59.398,89
Desvio p. o orçamento	-7.801,11

4. RECEITAS. As receitas que foi possível arrecadar, para fazer face às despesas realizadas, são aqui apresentadas procurando, tanto quanto possível, identificar a sua origem. Para isso desdobramos-las em sete "espécies" distintas:

4.1. Contribuição do Partido (atribuída por igual a todas as candidaturas sob a forma de despesas autenticadas com facturas a ser pagas directamente pelo PS, até ao montante de 12 500 euros). A nossa candidatura ficou muito agradecida por esta contribuição; foi pena que a fórmula adoptada para a sua tramitação administrativa não tivesse facilitado a sua utilização pela totalidade, como veio a acontecer.	
4.2. Transferências e depósitos directos em conta aberta para o efeito na Agência da Caixa Geral dos Depósitos que está instalada junto da Assembleia da República. Esta conta serviu também para efectuar todo o movimento de pagamentos e de outros recebimentos, estando os extractos respectivos arquivados de modo a poderem ser consultados.	
4.3. Donativos individuais expressamente solicitados a militantes e a alguns simpatizantes. Destes donativos foram passados recibos cujas cópias ficam igualmente em arquivo.	
4.4. Donativos individuais recebidos nos envelopes RSF que se juntaram à carta enviada pelo nosso candidato a todos os militantes do Partido. Também neste caso ficaram arquivadas cópias dos recibos emitidos.	

4.5. **Recolha de fundos** efectuadas em sessões da campanha. Neste caso, aos donativos recebidos correspondia normalmente a entrega de uma brochura com o texto da Moção "Mais Igualdade Melhor Democracia". Em termos práticos não foi possível mais do que apurar os totais de receitas obtidos por esta forma. Como se disse no início, a melhor comparação a fazer é com o total da edição (2 500 exemplares), e que a cada brochura correspondeu um "valor" unitário de 2 euros, sem embargo de ter havido muitos militantes que as valorizaram por bastante mais. No Congresso do Partido foram distribuídas gratuitamente algumas centenas destas brochuras.

4.6. **"Venda" de CDs** com interpretações de vários artistas sobre versos de Manuel Alegre. A ideia revelou-se um sucesso, como aliás era de esperar, e houve que proceder a uma segunda edição com tiragem dupla da primeira (total de 500 + 1 000 = 1 500 exemplares). Cabe aqui renovar um agradecimento muito especial a quantos tornaram possível esta excelente iniciativa: aos músicos e aos intérpretes que graciosamente abdicaram dos seus direitos de autor, à Sociedade Portuguesa de Autores pelas facilidades concedidas e à Helena Roseta sem cujo entusiasmo este projecto não teria sido conseguido. A cada CD foi atribuído o "valor" de 15 euros.

4.7. Foi ainda realizado um **leilão de algumas obras de arte**, gentilmente oferecidas por vários artistas, que desta forma quiseram associar-se à candidatura de Manuel Alegre. A todos eles cabe igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento.

Uma vez explicado o desdobramento dos tipos de receitas que consideramos, cujo objectivo é o de fazer com que este relatório seja tão claro quanto possível, não resta mais do que indicar para cada um deles o montante que lhe correspondeu. Assim (valores em euros):

RECEITAS REALIZADAS (valores em euros):

4.1. Contribuição do PS	11 722,43
4.2. Transf. e depósitos na Cx.G.D. (nº de depositantes - 79; média por depósito - 99,04; mínimo 1,00 e máximo 1 000)	7 824,25
4.3. Donativos individuais (nº de dadores - 40; média por donativo - 421,88; mínimo 15,00 e máximo 2 500)	16 875,00
4.4. Donativos via RSF (nº de dadores - 114; média por donativo - 58,53)	6 672,50
4.5. Recolhas de fundos e brochuras c/a Moção (sessões em Lisboa, abertura e encerramento, e em Aveiro, Águeda, Braga, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Leiria, Castelo Branco, etc., bem como na sessão realizada no CCB).	4.815,00
4.6. "Vendas" de CDs	14.768,00
4.7. Resultado do leilão	1.530,00
Total das Receitas	64.207,18

O gráfico 4 ilustra a decomposição da receita realizada.

5. CONCLUSÕES:

5.1. O total das despesas efectivas ficou aquém do montante que foi orçamentado, como já foi dito no final do ponto 3. A razão principal deveu-se a alguma contenção solicitada aos elementos mais operacionais da campanha, antes de termos mais certezas quanto ao volume de receitas que iríamos efectivamente conseguir.

5.2. O total das despesas foi de **59.398,89** euros e o total das receitas conseguidas foi de **64.207,18** euros. O saldo remanescente (ver gráfico 5) deveria ser de **4.808,29** euros; na realidade este saldo é de **4.819,82** euros. Verifica-se uma diferença para mais de 11, 53 euros, para a qual não temos explicação e que terá pois de atribuir-se a erros ou omissões, de que pedimos para ser relevados. O saldo disponível fica à disposição do agora ex-Candidato.

5.3. Além das duas conclusões anteriores, os responsáveis financeiros da Campanha da candidatura de Manuel Alegre a Secretário-Geral do PS, desejam acrescentar algumas considerações, que para nós são importantes:

a) Foi um enorme prazer trabalhar nesta Campanha e ter podido contribuir para o êxito inegável que ela constituiu, no plano do debate de ideias e da apresentação e discussão de propostas que melhor sirvam a Democracia, o Desenvolvimento e a Solidariedade no nosso País;

b) Devemos um enorme agradecimento a todos os militantes e simpatizantes que contribuiriam financeiramente para esta Campanha, e foram muitas centenas, não fazendo distinção entre a mais pequena (um euro) e a maior (2 500 euros);

c) Igualmente um enorme agradecimento às pessoas que mais directamente trabalharam connosco. Começamos naturalmente pela Mariana Franco que foi o pilar administrativo da área financeira; mas também a Ana Teresa, a Carla Alves e a Patrocínio nunca regatearam o esforço adicional que inúmeras vezes houve que pedir-lhes.

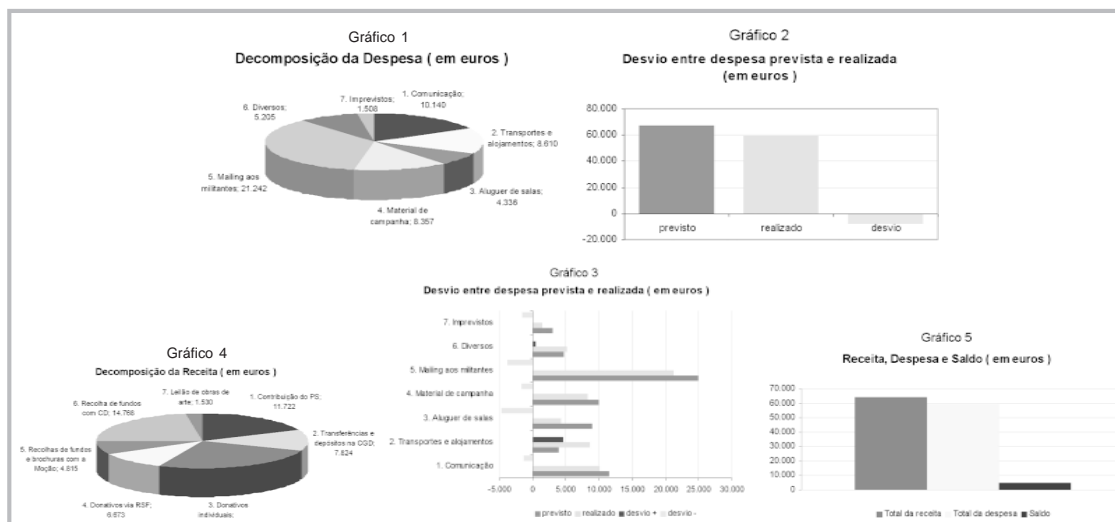
Uma especial menção de reconhecimento pela grande ajuda recebida do Henrique de Melo, sempre disponível e presente para o que fosse útil.

d) Finalmente, é devida uma explicação sobre o relativo atraso com que este relatório é apresentado. Tal deve-se, exclusivamente, à morosidade com que alguns fornecedores enviaram as suas facturas e até, pasme-se, ao tempo que mediou entre o envio dos cheques para pagamento e o seu levantamento no banco e remessa dos recibos respectivos.

Lisboa, 4 de Novembro de 2004

José Torres Campos

Manuel Pina



EM NOME DA CONFIANÇA!

O Partido Socialista obteve nas eleições legislativas uma vitória histórica. Os portugueses, para além de terem penalizado três anos de governação desastrosa e de terem rejeitado políticas desadequadas à situação do país, depositaram no PS e no camarada José Sócrates, de forma inequívoca, as suas esperanças e os seus anseios. Os eleitores confiaram no PS e no camarada José Sócrates a condução do país que se encontra numa situação muito difícil e delicada.

Ora, esta vitória do PS, para além de garantir condições excelentes de governabilidade, traz também maiores responsabilidades. Os portugueses, em momento algum, poderão sentir o que sentiram durante os últimos governos PSD/PP: falta de confiança naquilo que vinha sendo feito. Na verdade, os portugueses foram assistindo ao corte de benefícios fiscais, ao aumento de impostos e do desemprego, à diminuição do seu poder de compra, à venda do património do Estado e ao adiamento de investimentos importantes, em nome do controlo do défice e das contas públicas, objectivo que, como se sabe, não se vislumbra poder ser atingido. Os portugueses nunca conseguiram, portanto, ter confiança nas políticas praticadas nem nas pessoas que as executavam. Os portugueses não percebiam os sacrifícios que lhes eram impostos porque não sentiam que as coisas, um dia, poderiam ficar melhores. Pelo contrário, o clima de instabilidade governativa, de desnorte e de total irresponsabilidade em que se vivia, faziam com que as políticas fossem sendo praticadas não com os portugueses mas antes contra os portugueses.

É, por isso, importantíssimo, que o PS não adormeça à sombra de uma maioria absoluta e que não se feche sobre si mesmo. O PS deve manter sempre um diálogo franco e honesto com o país, deve sempre justificar os sacrifícios que, certamente, serão pedidos. O PS deve tentar sempre que os portugueses percebam o que se vai fazendo e, mais do que isso, o PS deve sempre governar com a confiança, convivência e cumplicidade dos portugueses. O PS deve conseguir que os portugueses sejam actores na construção de um país melhor e não apenas meros espectadores e alvos de políticas definidas por pessoas

que julgam inacessíveis, surdas e distantes. O Movimento Novas Fronteiras foi um bom exemplo de envolvimento da sociedade civil na vida do nosso Partido, no sentido de encontrar as melhores respostas para os problemas do país. É necessário que a implementação dessas mesmas respostas seja acompanhada pelo mesmo Movimento que, desejavelmente, deve ir engrossando e ganhando o seu próprio espaço.

A eficaz articulação entre o Governo, o Partido e o Grupo Parlamentar deve ser, igualmente, assegurada, na mesma medida em que o diálogo entre os dirigentes nacionais do PS e os militantes deve ser permanentemente estimulado. É indispensável que o Partido funcione, que funcione bem, que comunique constantemente com os militantes, uma vez que nos empregos, nas escolas, nos jornais e rádios locais, nos cafés, nas associações e nos clubes, são eles, os militantes, que ajudam a sustentar a tal necessária confiança. Hoje, com os meios tecnológicos à disposição de todos, o PS, para além de poder mais facilmente chegar aos militantes e estimular a sua participação, tem uma oportunidade de se mostrar ao país como um Partido moderno, onde as tecnologias assumem um papel de grande relevo. O Plano Tecnológico deverá passar, igualmente, pela vida interna do Partido Socialista.

O desafio é, portanto, imenso. No entanto, estou certo que o PS e o camarada José Sócrates estarão à altura das suas responsabilidades. O país precisa que as coisas corram bem. Os portugueses, não apenas os socialistas, precisam que o PS e o camarada José Sócrates se saiam bem. Boa sorte PS! Boa sorte José Sócrates!



LUÍS MIGUEL FERREIRA

S. JOÃO DA MADEIRA

CORREIO DOS LEITORES

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

UM PEQUENO CONTRIBUTO

O povo diz e com razão que só não erra quem não decide, quem não faz. Mas também se sabe que não é credível um governo que ande aos ziguezagues como foi o caso das portagens na ponte 25 de Abril, da taxa de alcoolemia no sangue, do combate à evasão fiscal, da responsabilização e necessária estabilidade das administrações de empresas e institutos públicos, entre outros.

No que respeita aos gestores das empresas públicas é necessário (e será que o "aparelho" partidário permite isso?) e urgente serem tomadas medidas legislativas que, claramente, definam o seu âmbito de actuação, estabilidade temporal e estratégia de acção. Não é possível uma empresa ter, em nove anos, 12 mexidas na sua administração como sucedeu no caso do Metropolitano de Lisboa.

As administrações, como os outros órgãos estatutários das EPE, deveriam ter mandato de cinco anos com limite a dois mandatos, terem responsabilidades e objectivos claramente definidos anualmente e no mandato e serem responsabilizados pela tutela e Assembleia da República por tais objectivos, sem prejuízo do controlo, pontual, efectuado pelo Tribunal de Contas.

Só é possível exigir resultados dando condições de estabilidade, autonomia gestonária e salvaguarda de pressões endógenas, sobretudo de autarcas, que em vez de cooperar quase sempre dificultam e exigem o que não lhes é devido.

A reflexão, a que todos devemos colocar, por imperativo ideológico socialista e republicano, só tem razão de ser se e quando exista disponibilidade intelectual de assumir erros cometidos, aperfeiçoar os métodos de avaliação e decidir fazer de modo diferente e melhor. Essa reflexão é exigível agora, sobretudo, ao novo governo e fundamentalmente ao aparelho partidário de que provem. Como militantes socialistas, temos de ter a coragem da crítica solidária e não cairmos na tentação de exigências de simples substituição de raparigas e rapazes do PSD por raparigas e rapazes do PS, pondo de parte o princípio fundamental da escolha das pessoas certas para os lugares adequados.

Por isso, o comportamento das Secções de Acção Sectorial, que em momentos de afastamento do partido da orbita do poder parecem desaparecer, tem de ser outro, quer junto do partido, quer na acção com os militantes. Só assim se dignifica o partido, credibiliza os militantes e mantém viva a confiança das populações

Evristo Branquinho

VITÓRIA

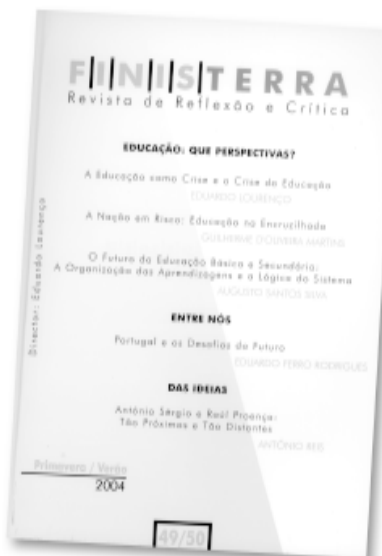
Havia uma promessa no ar.
Respirava-se um tempo novo,
Uma ambição nova.

Como um rei
Que regressasse do exílio
O povo, soberano, iniciou-se
Justiceiro pelo voto.

E as rosas poucas foram
Para dar cor à bandeira.

Fátima Pitta Dionísio
Funchal, 21 de Fevereiro de 2005

As bodas de ouro da "Finisterra"



A revista de reflexão e crítica *Finisterra* já se encontra nas bancas. A publicação dirigida por Eduardo Lourenço está de parabéns, já que festeja o seu quinquagésimo número. Tal como no seu primeiro número, publicado em 1988, e subordinado ao tema "O socialismo do Futuro", a *Finisterra* decidiu comemorar as suas bodas de ouro com um tema polémico de grande actualidade: "Educação, que perspectivas?". O director inaugura o *dossier* com uma reflexão sobre a crise contemporânea de uma educação cada vez mais subordinada a uma lógica empresarial e financeira de curso prazo. Alfredo Margarido investiga as consequências da longa duração do analfabetismo em Portugal, enquanto Guilherme d'Oliveira Martins alerta para o risco que o país poderá correr se abandonar a aposta na educação e qualificação dos cidadãos. Augusto Santos Silva e José Maria Azevedo traçam os dilemas com que a educação básica e secundária se confrontam em Portugal e Manuel Pereira dos Santos faz o mesmo para a educação universitária. Óscar Soares defende que apenas uma gestão democrática e participada das escolas do ensino básico e secundário poderá contribuir para o sucesso educativo. Pedro Teixeira demonstra que nunca é de mais investir na educação pública em Portugal. Eduardo Geada fecha o *dossier* com uma incursão nos territórios pouco explorados dos cursos de cinema e audiovisual à luz do processo de Bolonha.

A este *dossier* bem temperado seguem-se as habituais secções *Entre Nós*, *Das Ideias* e *Da Cultura*. Destacamos os artigos de Eduardo Ferro Rodrigues sobre os desafios que o futuro próximo lança a Portugal, Fernando Pereira Marques que se interroga sobre as consequências decorrentes da profissionalização integral das forças armadas portuguesas, António Reis que nos brinda com uma análise do confronto intelectual e político entre os seareiros históricos António Sérgio e Raúl Proença e João Soares Santos que emprende uma viagem maravilhosa às simbologias e mitologias das civilizações orientais. O número 49/50 da *Finisterra* encerra como começou, com uma revisão crítica de Joaquim Jorge Veigunha sobre o actual estado da educação a partir do confronto com três autores clássicos: Kant, Stirner e William Morris. Mais uma vez, a aniversariante *Finisterra* garante aos leitores um amplo leque de temas abordados segundo uma perspectiva pluralista. Assiná-la torna-se cada vez mais imprescindível. A revista dirigida por Eduardo Lourenço faz verdadeiramente a diferença no nosso panorama cultural.

Rodrigues sobre os desafios que o futuro próximo lança a Portugal, Fernando Pereira Marques que se interroga sobre as consequências decorrentes da profissionalização integral das forças armadas portuguesas, António Reis que nos brinda com uma análise do confronto intelectual e político entre os seareiros históricos António Sérgio e Raúl Proença e João Soares Santos que emprende uma viagem maravilhosa às simbologias e mitologias das civilizações orientais. O número 49/50 da *Finisterra* encerra como começou, com uma revisão crítica de Joaquim Jorge Veigunha sobre o actual estado da educação a partir do confronto com três autores clássicos: Kant, Stirner e William Morris. Mais uma vez, a aniversariante *Finisterra* garante aos leitores um amplo leque de temas abordados segundo uma perspectiva pluralista. Assiná-la torna-se cada vez mais imprescindível. A revista dirigida por Eduardo Lourenço faz verdadeiramente a diferença no nosso panorama cultural.

RECTIFICAÇÃO

OS NÚMEROS DA VITÓRIA SOCIALISTA

Por lapso deveras lamentável, o "Acção Socialista" publicou, na última página da sua edição anterior, a versão não corrigida dos resultados eleitorais das legislativas antecipadas.

Apresentando as maiores desculpas aos nossos leitores, rectificamos nesta edição os números divulgados em relação à grande vitória de 20 de Fevereiro:

2002

AVEIRO

PP – 12,83% – 2 Mandatos

LEIRIA

PP – 9,83% – 1 Mandatos

2005

ÉVORA

CDU – 20,92% – 1 Mandato

VIANA DO CASTELO

PS – 41,97% – 3 Mandatos

PSD – 33,50% – 2 Mandatos

PP – 11,40% – 1 Mandato

VILA REAL

PS – 43,84% – 3 Mandatos

PSD – 40,27% – 2 Mandatos

2002
TOTAIS NACIONAIS

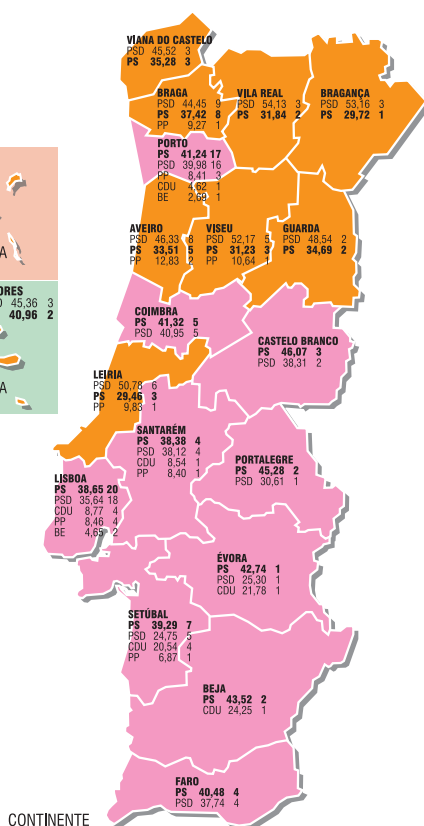
	%	M
PSD	40,15	102
PS	37,84	95
PP	8,75	14
CDU	6,97	12
BE	2,75	3

MADERA
PSD 53,82 4
PS 23,84 1

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

AÇORES
PSD 45,36 3
PS 40,96 2

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2005
TOTAIS NACIONAIS

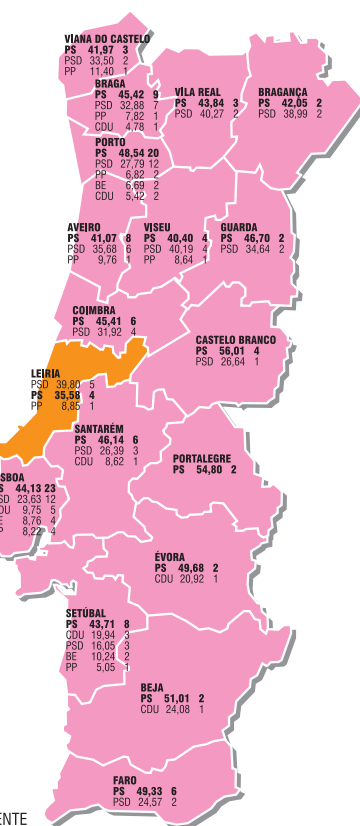
	%	M
PS	45,05	120
PSD	28,69	72
CDU	7,56	14
PP	7,26	12
BE	6,38	8

MADERA
PSD 45,19 3
PS 34,99 3

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

AÇORES
PS 53,13 3
PSD 34,41 2

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

SERÁ, POR FIM, AGORA, VERA DRAKE?

Está em exibição nalgumas salas de cinema um filme inglês que venceu o Leão de Ouro de Veneza para o melhor filme de 2005: *Vera Drake*, de Mike Leigh. Trata-se de um filme documental que conta a história aparentemente banal, vivida na Inglaterra dos anos 50, de Vera Drake, uma mulher de meia-idade, mãe de dois filhos, bem casada com um mecânico de automóveis, com a profissão de mulher a dias em casas burguesas, num papel a cargo da extraordinária Imelda Staunton, que com este papel arrecadou a Taça Volpi para a melhor atriz.

Os dias de Vera Drake são de uma felicidade rotineira mas plena, vivida entre a profissão, à qual responde com garbo, e a família, que ela adora: a filha, uma jovem caseira e sensaborona, carinhosa mas sem graça, embaladeira numa fábrica de lâmpadas, o filho, alfaiate de profissão, que ocupa os seus tempos livres, entre o convívio com outros rapazes, no pub, e os namoricos de ocasião, nos espaços dançantes da época, e o marido, trabalhador, atencioso, afável, feliz com a

sua mulher que considera uma "pérola". O filme dá-nos, então, a ver de uma forma magnífica, o quotidiano do pós-guerra, onde falta ainda tudo ou muito: bens de primeira necessidade ainda racionados, assistência na doença e na velhice, aquecimento, e onde abunda a solidão e a mágoa provocadas por perdas de diversa natureza na guerra. A atmosfera recriada pela fotografia é belíssima, num tom entre o cinzento glacial da rua durante o Inverno inglês e de muitos dos interiores de abandono e a casa modesta mas "cosy" da família Drake.

Vera, para além de ser uma mãe de família exemplar, é ainda uma mulher solidária e encontra espaço no seu dia a dia para se dividir por uma espécie de actividade assistencialista que a leva a visitar, nem que seja meteoricamente, o amigo inválido, a mãe velha retida em casa e para estar atenta aos outros, como ao tristonho e solitário vizinho do prédio, com quem se cruza nas escadas e que por piedade convida para jantar, o qual acabará por se tornar seu genro. Aparentemente nada de extraordinário, não



fora Vera Drake dedicar-se às escondidas da família à tarefa de abortadeira. E também isto não teria nada de extraordinário, muitas mulheres o fazem, não fora o facto de Vera entender esta sua actividade como mais uma tarefa assistencialista: ela não provoca abortos, "ajuda raparigas", como

prefere dizer, raparigas a quem trata sistematicamente por "joia", como trata a mãe, a família e os amigos, e a quem não cobra dinheiro.

O filme mostra Vera a "ajudar" reiteradamente raparigas – ela admitirá que as ajuda há cerca de 20 anos – em condições diversas: casadas, solteiras, abandonadas, aventureiras experientes, adúlteras, mulheres vivendo rupturas afectivas, etc. Ajuda-as até ao dia em que uma delas tem uma complicação infecciosa, supõe-se, que a põe à morte e Vera Drake acabará por ser incriminada e condenada em tribunal.

Mas por que as ajuda Vera Drake? Essa é a questão mais interessante do filme, ajuda-as simplesmente porque elas precisam, pedem ajuda e ela é solidária: Também ela terá precisado algum dia de pedir ajuda? E a mãe dela, que foi mãe solteira? E a mãe do seu genro que teve uma série de filhos que não conseguiu criar? Esta é a questão subliminar no filme: quem toma a decisão de abortar precisa sempre de "ajuda", precisa a pobre mãe de família carregada de filhos que pede "ajuda" a

Vera, e precisa a filha de uma das suas patroas, que não pede "ajuda" a ela, mas pedirá a um outro circuito – o das clínicas de luxo – porque o aborto é uma questão que atravessava na época, como atravessa hoje, todas as classes sociais e quem aborta precisa de "ajuda": no filme até a aventureira experiente precisa da presença cúmplice da amiga, para além de precisar do gesto solidário de Vera.

O interesse da parte final do filme não está tanto no acompanhamento do processo que recai sobre Vera, quanto das reacções da família quando conhece a actividade ilícita da mãe: é que a solidariedade não é um valor evidente e o respeito pela liberdade de consciência do outro também não. Ainda hoje, em Portugal, continua a não ser, se não veja-se que não estamos muito longe das questões que a este respeito o filme nos coloca. Agora que se abriu um novo ciclo político deixo apenas a pergunta retórica que contém várias perguntas que todos entendem: Será, por fim, agora, Vera Drake? Vá ver *Vera Drake*, não se arrependa.

Accção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o